



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 34

Aos vinte e três dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 31, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2015
3. APROVAÇÃO DA ATA N.º 32, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 4 DE DEZEMBRO DE 2015
4. APROVAÇÃO DA ATA N.º 33, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2015
5. REQ. N. 1619/15, DATADO DE 05/11/2015 – PC N.º 412/15, DATADO DE 05/11/2015 – DÉLIO DOMINGOS DE JESUS FERNANDES
6. REQ. N. 1895/13, DATADO DE 16/12/2015 – PC N.º 411/15, DATADO DE 05/11/2015 – DÉLIO DOMINGOS DE JESUS FERNANDES

7. REQ. N. 1721/15, DATADO DE 18/11/2015 – PC N.º 98/15, DATADO DE 01/04/2015
– ANTÓNIO JOSÉ FERREIRA BAROSA
8. REQ. N. 177/15, DATADO DE 11/02/2015 – PC N.º 40/15, DATADO DE 11/02/2015
– SPORTING CLUBE MARINHENSE
9. REQ. N. 1749/15, DATADO DE 23/11/2015 – PC N.º 68/12, DATADO DE 09/03/2012
– MATOSPLÁS - INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S.A.
10. REQ. N. 1792/15, DATADO DE 01/12/2015 – PC N.º 258/14, DATADO DE
18/07/2014 – ETELVINA PELARIGA MARQUES
11. REQ. N. 1688/15, DATADO DE 16/11/2015 – PC N.º 429/15, DATADO DE 16/11/2015
– CARLOS MANUEL HENRIQUES CRISTÓVÃO E FRANCISCO MARIA DOS SANTOS
12. REQ. N. 1814/15, DATADO DE 03/12/2015 – PC N.º 363/15, DATADO DE 07/10/2015
– CARLOS ALBERTO COSTA FONSECA
13. REQ. N. 1460/15, DATADO DE 09/10/2015 – PC N.º 97/14, DATADO DE
28/03/2014 – RUI MONTEIRO DE SOUSA CRUZ
14. REQ. N. 1864/15, DATADO DE 10/12/2015 – PC N.º 425/15, DATADO DE 13/11/2015
– ANTÓNIO JOSÉ MORGADO GUARDA
15. REQ. N. 1869/15 DATADO DE 11/12/2015 – PC N.º 468/15 , DATADO DE 11/12/2015
– MARIA DA LUZ SERRA MOITEIRO
16. REQ. N. 1863/15, DATADO DE 10/12/2015 – PC N.º 570/2015, DATADO DE
10/12/2015 – GRACINDA DOS SANTOS
17. 1/1474/2015 – RECLAMAÇÃO SOBRE EXISTÊNCIA DE MURO EM RISCO DE
QUEDA – DETERMINAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE VISTORIA
18. REQ. N. 1877/15, DATADO DE 14/12/2015 – PC N.º 574/2015, DATADO DE
14/12/2015 – TERESA MARIA GOMES CLÉRIGO E MARIA ANISABEL GOMES
FRANCISCO RIBEIRO DE BRITO
19. REQ. N. 641/15, DATADO DE 08/05/2015 – PC N.º 166/2015, DATADO DE
08/05/2015 – QUINTA DO MONTE GRANDE
20. REQ. N. 1423/15, DATADO DE 10/02/2015 – PC N.º 127/2015, DATADO DE
07/04/2015 – ÁLVARO MONTEIRO
21. REQ. N. 1748/15, DATADO DE 23/11/2015 – PC N.º 305/11, DATADO DE
09/08/2011 – MUSA – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS E TURÍSTICOS, LDA

22. REQ. N. 1511/15, DATADO DE 19/10/2015 – PC N.º 835/04, DATADO DE 23/11/2004 – DÂMASO MANUEL MIGUEL SILVA
23. REQ. N. 1594/15, DATADO DE 02/11/2015 – PC N.º 544/05, DATADO DE – CAIXA LEASING E FACTORING – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.
24. PC N.º 86/99, DATADO DE 21/01/1999– EMPOLIS – EMPRESA DE PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA, LDA
25. SOCIEDADE UNIÃO DE ALBERGARIA -AUDIÊNCIA PRÉVIA – DEMOLIÇÃO PARCIAL DO EDIFÍCIO
26. REVISÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA EDIFICAÇÃO E DA URBANIZAÇÃO – CONSTITUIÇÃO COMO INTERESSADOS NO PROCEDIMENTO
27. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
28. AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES
29. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO – APOIO À EVOLUÇÃO DO POLITÉCNICO DE LEIRIA A UNIVERSIDADE
30. RECEÇÕES DEFINITIVAS
31. ARRUAMENTO PARALELO À ESTRADA DOS GUILHERMES E DUAS INTERSECÇÕES GIRATÓRIAS – CEDÊNCIA 121,00M DE TERRENO DA SR.ª ILDA COUCEIRO ROSA DO VALE
32. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
33. *SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESCOLARES E DE TRANSPORTES DE INTERESSE MUNICIPAL E RELEVANTE NO ÂMBITO DE PROJECTOS EDUCATIVOS, CULTURAIS E DESPORTIVOS APOIADOS PELO MUNICÍPIO, PARA O ANO 2016 - ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO.*
34. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E ELECTROMECAÂNICAS”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

- *****

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreeveu-se e usou da palavra o seguinte munícipe:

1 - Sr. Agostinho Teixeira Oliveira, residente na Rua do Sol, n.º 38, Marinha Grande, que pretende saber o ponto de situação dos problemas da rua onde reside e que se arrastam há muitos anos, segundo afirmou desde o tempo do então Presidente Alberto Cascalho. Foi-lhe dito, em tempos, que a rua não era arranjada porque tinha que ser intervencionada, mas até hoje continua tudo na mesma, o colector entope e os esgotos correm para a rua, pelo que pretende saber quando é que o problema é resolvido definitivamente, pois trata-se de um caso de saúde pública.

O **Sr. Presidente** informou que o projeto da Rua da Vitória engloba a resolução do problema da Rua do Sol. A drenagem da Rua da Vitória tem que derivar para a Rua dos Agostinhos e daí para o emissário da SIMLIS, e a Rua do Sol está englobada neste projeto. Até lá vão sendo minimizados os problemas

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Antes de dar a palavra aos Srs. Vereadores, o Sr. Presidente referiu o seguinte:

- Na sequência do pedido feito antes da reunião sobre a inclusão do ponto 46 na ordem do dia, tendo em conta a urgência do assunto, questionou os Srs. Vereadores se aceitam a sua inclusão.
Todos os Srs. Vereadores aceitaram.
- Anunciou que estará ausente no ponto 33, por se encontrar impedido, e que o ponto 4 será retirado.
- Comunicou que a próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, prevista para o dia 7 de janeiro, será adiada para o dia 12 de janeiro, atendendo a que devido à quadra natalícia e aos feriados e tolerâncias, os dias úteis são insuficientes para preparar as propostas de deliberação.

Seguidamente o Sr. Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores.

O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Endereçou votos de Feliz Natal e de um Ano Novo que traga para todos os marinhenses e portugueses algo de melhor do que foi o ano anterior.
- ⇒ Referiu que o chocou a notícia da morte de um jovem de 29 anos num hospital, por falta de assistência médica, pois isto não pode acontecer num país da Europa. Deixou os seus sentimentos para a família e os votos de que tal situação não volte a acontecer. O SNS não foi implementado para isto, para assistirmos ao desvio de dinheiros públicos para o setor privado.
- ⇒ Deu os parabéns à TJ Moldes e ao empresário marinhense João Faustino por a empresa ter sido a única do distrito de Leiria a ser galardoada no ramo da metalomecânica e indústria de base. O prémio vai ser entregue em janeiro do próximo ano, em Lisboa, nas instalações da Caixa Geral de Depósitos. Nesse sentido, propôs que a Câmara aprove um voto de louvor ao empresário e à empresa.
- ⇒ Estacionamento na Amieirinha – abordou mais uma vez este assunto, que fez acompanhar com uma fotografia que exibiu. Parece-lhe que os serviços não deixam que se altere a situação existente, mas a verdade é que não passa lá um autocarro. Quando os estudos estão errados devem ser corrigidos.
- ⇒ Voltou a chamar a atenção para as árvores da estrada Camarnal/Fonte Santa, que continuam na mesma e que representam um perigo. Sabe que estão em terreno privado, no entanto pensa que a Câmara pode intervir.

O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Disse que assina por baixo as palavras do Sr. Vereador Vítor Pereira relativas à morte do jovem e à empresa TJ Moldes.
- ⇒ Advertência: esta é a primeira reunião após a aprovação do Orçamento Municipal (OM), que é um documento importante para a vida do concelho e quer que seja cumprido tudo aquilo que foi assinado. Vai estar atento, embora confie plenamente no executivo.
- ⇒ Pacto de solução: considera uma vergonha que ainda se esteja no primeiro patamar, a discutir a construção da piscina e, principalmente, do mercado.
- ⇒ Satisfação: pelo IMI mais baixo e pelos benefícios às famílias com filhos, pelas arribas de S. Pedro e pela Ponte das Tercenas, por sermos o 5.º melhor município do distrito de Leiria no índice de transparência e pelos lugares alcançados nos vários rankings dos municípios a nível nacional, pelas luzes de Natal, pelo cinema, pelos apoios às colectividades, pela TUMG e pelo contrato celebrado com a EDP. Muitas destas coisas só foram possíveis com a aprovação do OM de 2016, pois sem a sua aprovação cair-se-ia na instabilidade governativa. Sem um orçamento um

concelho tem uma governação comedida e sem altos voos. Porque quer uma política de estabilidade e governabilidade, hoje voltaria a votar da mesma forma.

⇒ Terminou a sua intervenção desejando a todos um Bom Natal.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

⇒ Sr. Agostinho – veio uma vez mais à reunião para falar da Rua do Sol, na Ordem. Questionou para quando a resolução deste assunto.

⇒ Sobre o Marco Rotário:

Enalteceu o reacendimento da iluminação interior do marco rotário, numa oferta duma empresa marinhense. Relembrou que o marco rotário foi construído em 2004/2005, quando foi presidente do Rotary Club da Marinha Grande e entregue à Câmara em Junho desse ano.

Sendo a nossa terra muito parca em monumentos o marco rotário pretende ser uma homenagem a todos os profissionais da nossa terra, no entanto, tem passado despercebido à maioria das pessoas.

Aproveitou para apresentar o monumento e descrever o que foi dito na altura no Jornal da Marinha:

“O Rotary Club da Marinha Grande inaugurou em Junho o seu marco rotário na rotunda junto aos bombeiros.

A presença do Marco Rotário, pretende ser uma forma simples e permanente, de transmitir aos cidadãos, uma mensagem de solidariedade e saudação. O Rotary Club da Marinha Grande sabe que uma obra desta natureza, pelo seu impacto na estrutura urbana e na própria sociedade, dignifica a cidade e homenageia a força empreendedora de uns e a elevada competência profissional de muitos.

Sendo o movimento Rotário, composto por clubes de profissionais, tivemos desde sempre a ideia, que o marco a construir na Marinha Grande, teria de ser uma homenagem a todos os profissionais da nossa terra.

A maquete inicial foi apresentada pela artista marinhense Olinda Colaço, que traçou as primeiras notas para o papel, e depois passou a uma imagem maquetizada. As referências mais importantes das actividades fundamentais da Marinha Grande estariam obrigatoriamente presentes, com alegorias às indústrias do vidro, plásticos, moldes, floresta, entre outras actividades.

Esta ideia inicial, foi ao longo de várias reuniões sendo amadurecida e burilada, até à execução da maquete final da autoria dos Comp^{os} Frederico Barosa e Fernando Esperança, que, obedecendo aos princípios traçados por Olinda Colaço, valorizaram o projecto, alicerçados nos seus conhecimentos.

Surge assim um conjunto escultórico de arrojada concepção, destacando-se, como homenagem à indústria de vidro, a enorme coluna de quase 7 toneladas de vidro, quadrada de 60cm de lado e com 6m de altura e 1m abaixo do solo. Esta coluna foi concebida a partir de placas de vidro de 8mm de espessura e de grande dimensão, fornecido pela Saint-Gobain, que cortadas em 875 placas de vidro de 60x60cm

foram furadas e quebradas as quinas, para finalmente serem coladas entre si, na Infusão e no local. Verticalmente, ao centro, a coluna tem um ponto de luz, executado pela Rotivanel, que proporciona um belo efeito nocturno.

Desde as fundações construídas pela Moleirinho & Batista, com a preciosa colaboração da Minerbetão, que percebíamos a dimensão do preito que construíamos. A EIP concebeu as estruturas metálicas que iriam guiar as placas de vidro, colocadas nos andaimes da Carldora, pelas máquinas da Metalmaco. Minimizando o “ruído” paisagístico, o Marques Pereira envolveu toda a rotunda com rede.

Na frente da coluna, o conjunto apresenta um enorme bloco de aço inoxidável com 1,5m de altura, 60cm de largura e 40cm de espessura, instalado ao alto, pretendendo representar-se a indústria de moldes para plásticos, desenvolvido pela TOPO.

Na frente, esse “molde” leva um conjunto de três pinheiros bravos simbolizando o pinhal de Leiria, concebidos em gesso pela Comp^a Olinda Colaço, moldados em areias verdes e fundidos em bronze. A maquete de gesso com os pinheiros foi posteriormente digitalizada por laser na Vangest. Por um processo de engenharia inversa, os dados digitalizados foram programados e o Centimfe maquinou a peça de bronze, deixando como acabamento a marca das ferramentas. Será a marca indelével das tecnologias de corte e de engenharia aplicada na Marinha Grande.

Ao centro, e na parte superior do bloco de aço, está maquinado um orifício circular, onde se apresenta em plástico o símbolo de Rotary International, que a DEM 2 modelou num sistema CAD e a Planimolde maquinou num centro de maquinação CNC de alta velocidade, fazendo uma alegoria à indústria de plásticos.

No alçado lateral da torre de vidro e do molde estão mencionadas as empresas e entidades que viabilizaram e colaboraram na construção deste marco. Ambas as gravações foram efectuadas a laser pela Mold-Tech.

Todo o monumento tem o chão envolto em carrasca de pinheiro, simbolizando a história da floresta e a sua relação com a nossa comunidade, devidamente coordenada pelo Comp^o Octávio Ferreira.

Tive o prazer de coordenar todos os trabalhos, e hoje sinto enorme orgulho de admirar o monumento e pensar que a comunidade marinhense em geral e os seus profissionais em particular merecem esta simples mas singela homenagem.

Sem a viabilização e contribuição da Câmara Municipal da Marinha Grande, este monumento nunca teria sigo erguido. Empresas como a Inteplastico, a Plasdan e a Solpinho, não podendo fornecer os seus serviços, contribuíram financeiramente. A todos muito obrigado.

No ano em que se comemora o 1.º Centenário do movimento Rotário e no ano em que o Rotary Internacional é referido como organização proposta para receber o Prémio Nobel da Paz, também o Rotary Club da Marinha Grande se associa a esse notável evento, inaugurando o seu “Marco Rotário” em homenagem aberta ao povo laborioso desta terra.

28 de Junho de 2005”

Recomendou a todos que passem pelo marco rotário à noite, tomando atenção aos detalhes e que desfrutem da beleza deste monumento.

⇒ Terminou a sua intervenção referindo o seguinte:

“Estamos na quadra natalícia e na última reunião de câmara deste ano.

Neste ano em que a nível internacional se agudizaram os extremismos e os radicalismos, onde sentimos aproximar o terrorismo. No âmbito nacional tivemos mudanças significativas mas foi a nível local que se registaram profundas alterações. Tivemos a separação da quadrupla bipartidária que nos governava, mantendo no entanto um sentimento idêntico nos cidadãos.

Estamos na véspera do Natal. A quadra natalícia é um período de reflexão interior, de valorização dos sentimentos, de compreensão, união e solidariedade. Espalhamos carinho, generosidade e alegria, tornando o mundo mais humanizado. Somos mais solidários nas nossas acções, demonstrando como podemos ser felizes e socialmente justos. É neste sentimento que desejo que passem umas Festas felizes e 2016 traga a todos as condições para que cumpram os vossos sonhos.

Aproveito ainda para relembrar que este ano, por coincidência, festejei o meu aniversário nesta mesa convosco. Porque hoje é 23 de dezembro, gostaria de dar os parabéns ao presidente eleito desta câmara, o Dr. Álvaro Pereira, que hoje faz 62 anos, desejando-lhe também um feliz Natal e um ano Novo 2016 com muita saúde.”

O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Estamos numa quadra que nos leva a reflexões sobre o sentido da vida, e por isso é uma quadra especial, em que se deve fazer um balanço sobre as nossas acções solidárias. A Câmara deve ter uma palavra nesta acção. Já faz muitas coisas boas mas deve fazer mais. Deixa um conselho à Câmara: que no próximo ano se associe a eventos que têm como objectivo tornar mais fácil a vida dos mais necessitados.
- ⇒ Lembrou o jantar solidário de Natal do dia 24 de dezembro, que se realiza há 3 anos, e que este ano decorrerá na Ordem. É organizado por 3 pessoas e liderado pela Dr.^a Isabel Gregório. Recomendou que quem puder que passe por lá, é um gesto simpático e enaltece as qualidades humanas de quem o organiza.
- ⇒ Desejou um Bom Natal e um Ano melhor do que o de 2015, e que a capacidade de realização da CMMG seja superior ao que tem sido. O que se fez é bom, mas deveremos querer muito mais, e na Marinha Grande há condições para fazer muito mais. É preciso que todos estejam disponíveis para isso. É sempre mais confortável para os políticos estarem permanentemente na oposição e na crítica, mas para o concelho é o inverso. Deixou o repto para que a visão do concelho seja a de o tornar o melhor do país para se viver.

- ⇒ Sr. Agostinho – a Câmara tem que mudar o seu *modus operandi*, e tem que dar resposta. Nem sempre é possível dar resposta favorável, porque a Câmara não tem capacidade para fazer tudo aquilo que quer e que a Marinha Grande precisa. Há que ter coragem para o dizer, pois a política é sobretudo dizer a verdade e assumir o que se pode fazer ou não. Quando pode a Câmara deve-se comprometer com um prazo, é isso que os munícipes querem ouvir. É fundamental mudar este modo de atuar.
- ⇒ TJ Moldes – concorda com o Sr. Vereador Vítor Pereira, e chama a atenção para o facto de a empresa ter mais sócios, daí que se houver um voto de louvor deverá ser dirigido à Administração.
- ⇒ Salientou as coisas boas da Marinha Grande:
 - Festividades de Natal – este ano foram diferentes, muito melhores, e demonstram que os munícipes estão dispostos a colaborar com a Câmara em eventos de rua, e que tudo aquilo que pode ser feito na Marinha Grande deve ser feito aqui. Foi muito bom ver a participação das pessoas. Há erros, não vale a pena salientá-los, mas há um erro que é preciso corrigir: ter-se esgotado a inscrição para a participação das crianças. É uma crítica boa, que significa que as atividades se podem incrementar ainda mais porque há participação. Estas actividades servem para movimentar o centro, e prova-se que o mês de dezembro deve ter uma agenda recheada, potenciando o Centro Tradicional e a Magia da Floresta.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Aqui faz-se um trabalho sério, mas não quis deixar de salientar e dar os parabéns ao Sr. Vereador Carlos Logrado pela nota de boa disposição introduzida na reunião. Apesar de registar o momento de bom humor, concorda com o Sr. Vereador quando diz que se deve dizer sempre a verdade, porque isso depende, pois as prioridades das pessoas são sempre as suas prioridades, não podem ficar ao sabor da vontade do Presidente da Câmara.
- ⇒ Perguntou à Sr.ª Vereadora Cidália para quando a entrega da mobília das AEC's do Pilado.
- ⇒ Deu os parabéns à Junta de Freguesia da Marinha Grande por ter criado um serviço essencial ao concelho, ao fazer o transporte das pessoas mais carenciadas quando têm necessidade de se deslocar a Tribunais fora do concelho, fruto da alteração do mapa judiciário. As pessoas apresentam a cópia do apoio judiciário e a notificação e a Junta de Freguesia assegura o transporte.
O **Sr. Vereador António Santos** disse que assinava por baixo nesta felicitação à Junta de Freguesia da Marinha Grande.
- ⇒ A Sr.ª Vereadora terminou a sua intervenção desejando a todos um Bom Natal e um Bom Ano Novo.

A Sr.^a Vereadora Cidália Ferreira cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Em resposta à questão do mobiliário, informou que há um procedimento conjunto para esta escola e outras do concelho, que ainda está a decorrer, porque houve um atraso, mas até ao final do ano tem que estar entregue.
O **Sr. Presidente** lembrou que este é o segundo procedimento.
- ⇒ Deu também os parabéns à Junta de Freguesia da Marinha Grande neste apoio ao transporte dos pais, no caso da CPCJ, pois é uma mais-valia e revela a sensibilidade da própria Junta de Freguesia para a área social. Lembrou que a Junta também tem um gabinete de apoio social e entende que a Câmara também deve ajudar e apoiá-la no sentido de alargar este gabinete de apoio da Junta de Freguesia.
- ⇒ Solidarizou-se com o voto de louvor à Administração da TJ Moldes.
- ⇒ Recordou que o cinema começou no dia 17 de dezembro, e convidou todos a irem assistir e a divulgar o seu início. Há questões a afinar, nomeadamente no que se refere à compra de bilhetes, que atualmente é feito das 19:00h às 21:00 h, na Marinha Grande, com um preço de 4,50€ para seniores e estudantes e 5,00€ para o bilhete normal. Em Vieira de Leiria o preço é de 3,50€ para seniores e 4,00€ para o bilhete normal.
- ⇒ Sobre a tenda do Pai Natal informou que ele está cá todos os dias e tem tido momentos muito felizes com os meninos que o visitam. Concorde com a sugestão de alargar as atividades. Sobre as inscrições informou que foram aquelas que a Casa da Árvore abriu e que rapidamente foram preenchidas. Mas como há também as atividades da própria Câmara, dinamizadas pela Biblioteca e Museu do Vidro, que foram para ali transferidas, o que possibilita que todos os ATL's aí possam ir e disfrutar das atividades que se realizam no centro.
- ⇒ A Sr.^a Vereadora comunicou o programa das comemorações do 18 de janeiro e solicitou a colaboração dos Srs. Vereadores para a participação na sessão solene a realizara na Câmara Municipal, onde usarão da palavra sobre a data do 18 de janeiro de 1934.

O Sr. Presidente referiu o seguinte:

- ⇒ Também felicitou a Administração da TJ Moldes e da Vidrimolde, posição que julga ser unânime, e informou que irá redigir o texto do voto de felicitações a endereçar às empresas, em nome da Câmara Municipal da Marinha Grande, para aprovação durante a presente reunião.
- ⇒ Estacionamento da Amieirinha – está programado e vai ser resolvido.
- ⇒ Árvores na Fonte Santa – pediu à Proteção Civil para ir ao local. O Eng.^o Vasco já lá foi, falou com o proprietário, que é uma pessoa de idade, e que está a diligenciar com os madeireiros. A notificação por escrito já seguiu, conforme ofício que exibiu, e o processo está em andamento para a resolução da situação.

- ⇒ Referiu que o Sr. Vereador António Santos, na sua intervenção, fez a sua análise sobre o Orçamento Municipal, pelo que agradeceu as suas palavras, dizendo que essa aprovação do Orçamento o responsabiliza ainda mais e que vai tentar cumprir.
- ⇒ Rua do Sol – não se trata de uma resolução de tapar buracos, uma vez que há construções sobre a linha de água e provavelmente vai ser necessário consultar a APA. O paredão está um funil e faz inundar tudo, porque a vala, em certos pontos, está impermeabilizada com as construções que as pessoas foram fazendo. A Câmara tem que chamar à responsabilidade a APA para ir ao terreno.
- ⇒ Agradeceu ao administrador da empresa marinhense que fez a iluminação do marco rotário e enalteceu o dever e a consciência social dos empresários marinhenses, referindo que a Câmara está em sintonia com eles.
- ⇒ Jantar solidário de Natal – informou que não estará presente porque irá estar reunido com a sua família, fora do concelho, mas ele próprio e a Sr.^a Vereadora Cidália visitaram todas as instituições sociais do concelho, levando a todos as felicitações em nome da CMMG e os votos de Boas Festas. Também esteve nos festejos de Natal da Conferência de S. Vicente de Paulo, a quem transmitiu votos de Boas Festas e desejos de um futuro melhor.
- ⇒ Atividades de Natal no centro da cidade – sensibilizou-o a felicidade das crianças com esta iniciativa, e espera no próximo ano continuar e levar a cabo novas iniciativas, ainda com mais pessoas a virem ao centro.
- ⇒ Felicitou também a Junta de Freguesia da Marinha Grande, pela proximidade com os seus cidadãos e os seus problemas, subscrevendo as palavras da Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho. Informou que a Câmara se disponibiliza, dentro das suas possibilidades, para minimizar os problemas que foram criados às pessoas, e que a Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia já o sabe.
- ⇒ Antes de terminar, o Sr. Presidente reforçou o pedido da Sr.^a Vereadora Cidália Ferreira, relativo à colaboração dos Srs. Vereadores para a sessão solene sobre o 18 de janeiro.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Presidente interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 10:40 horas às 10:55 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 34

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 31, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2015

891 - Presente a ata n.º 31, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 26 de novembro de 2015, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 32, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 4 DE DEZEMBRO DE 2015

892 - Presente a ata n.º 32, da reunião extraordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 4 de dezembro de 2015, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 33, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Assunto retirado da ordem do dia.

5 - REQ. N. 1619/15, DATADO DE 05/11/2015 – PC N.º 412/15, DATADO DE 05/11/2015 – DÉLIO DOMINGOS DE JESUS FERNANDES

893 - Presente requerimento n.º 1619/15, datado de 2015/11/05, constante do processo camarário n.º 412/15, subscrito por DÉLIO DOMINGOS DE JESUS FERNANDES, com o NIF 220962529, com domicílio fiscal em Avenida 1.º de Maio, n.º 189-A, 2.º Dt., freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar o **licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação*”**, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua da Fonte Velha, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20.142 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 20.015-P.

Presentes pareceres técnicos dos serviços, datados de 2015/11/25 e 2015/12/09, referentes, respetivamente, aos projetos de arquitetura e das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de *“Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”*, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua da Fonte Velha, lugar de Embrá, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20.142 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 20.015-P, com o número de processo 412/15, com data de entrada em 2015/11/05, apresentado DÉLIO DOMINGOS DE JESUS FERNANDES, com o NIF n.º 220962529, com domicílio fiscal em Avenida 1.ª de Maio, n.º 189-A, 2.ª Dt., freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 106,00m², correspondendo 59,00 m² a passeios e 47,00 m² a arruamento, ao longo da frente do prédio confinante a Sul com a Rua da Fonte Velha, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à *“PLANTA DE IMPLANTAÇÃO”*, datada de dezembro de 2015, entregue a coberto do requerimento n.º 1894/15, datado de 2015/12/16, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.
2. Instalação do recetáculo postal domiciliário executada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.
3. Execução de todos os arranjos exteriores que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a Rua da Fonte Velha, com largura de 1,50m. Os materiais a aplicar no passeio deverão ser idênticos aos da envolvente, ou seja, lancil de calcário de 0,12x0,22m e calçada em pedra calcária de 0,05x0,05x0,05m. O espelho do lancil deverá ficar a 0,12m acima do pavimento, devendo rebaixar para 0,04m na entrada do prédio numa distância mínima de 3,50m. Na execução do passeio, deverá ser considerada a colocação de película de plástico preto entre a camada base e a almofada de assentamento, de modo a evitar o crescimento das ervas. Deverá ainda prever o remate entre o passeio e o pavimento existente em betuminoso.
4. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados, de acordo com a alínea a) do art. 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande. Os muros de vedação entre extremas, não poderão exceder a altura de 1,80m contados a partir da cota natural do terreno. A parte do muro de vedação confinante com a via pública, deverá garantir, numa extensão de 1,50m a contar do limite do espaço público, uma altura de 0,80m, podendo ser encimado com elementos gradeados, ou sebes vivas, com o máximo de 0,70m.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**
- 3. Aquando da execução do passeio, deverá solicitar previamente aos respetivos serviços municipais, a indicação do seu alinhamento, de acordo com o previsto no n.º 3 do art. 19.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 1895/13, DATADO DE 16/12/2015 – PC N.º 411/15, DATADO DE 05/11/2015 – DÉLIO DOMINGOS DE JESUS FERNANDES

894 - Presente requerimento n.º 1618/15, datado de 2015/11/05, constante do processo camarário n.º 411/15, subscrito por **DÉLIO DOMINGOS DE JESUS FERNANDES**, com o NIF 220962529, com domicílio fiscal em Avenida 1.º de Maio, n.º 189-A, 2.º Dt., freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento da obra de *“Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”*, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua da Fonte Velha, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14.942 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 5.254.

Presentes pareceres técnicos dos serviços, datados de 2015/11/25 e 2015/12/09, referentes, respetivamente, aos projetos de arquitetura e das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de *“Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”*, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua da Fonte Velha, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14.942 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 5.254, com o número de processo 411/15, com data de entrada em 2015/11/05, apresentado DÉLIO DOMINGOS DE JESUS FERNANDES, com o NIF 220962529, com domicílio fiscal em Avenida 1.º de Maio, n.º 189-A, 2.º Dt., freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro, que aprovou o

Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 118,00m², correspondendo 56,00 m² a passeio público e 62,00 m² a arruamento, ao longo das frentes do prédio confinante a Sul com a Rua da Fonte Velha e a Poente com a Rua do Jornal da Marinha Grande, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “*PLANTA DE IMPLANTAÇÃO*”, datada de dezembro de 2015, entregue a coberto do requerimento n.º 1895/15, datado de 2015/12/16, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.**
- 2. Instalação do recetáculo postal domiciliário executada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.**
- 3. Execução de todos os arranjos exteriores que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a Rua da Fonte Velha, com largura de 1,50m. Os materiais a aplicar no passeio deverão ser idênticos aos da envolvente, ou seja, lancil de calcário de 0,12x0,22m e calçada em pedra calcária de 0,05x0,05x0,05m. O espelho do lancil deverá ficar a 0,12m acima do pavimento, devendo rebaixar para 0,04m na entrada do prédio numa distância mínima de 3,50m. Na execução do passeio, deverá ser considerada a colocação de película de plástico preto entre a camada base e a almofada de assentamento, de modo a evitar o crescimento das ervas. Deverá ainda prever o remate entre o passeio e o pavimento existente em betuminoso.**
- 4. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados, de acordo com a alínea a) do art. 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande. Os muros de vedação entre extremas, não poderão exceder a altura de 1,80m contados a partir da cota natural do terreno. A parte do muro de vedação confinante com a via pública, deverá garantir, numa extensão de 1,50m a contar do limite do espaço público, uma altura de 0,80m, podendo ser encimado com elementos gradeados, ou sebes vivas, com o máximo de 0,70m.**

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**
- 3. Aquando da execução do passeio, deverá solicitar previamente aos respetivos serviços municipais, a indicação do seu alinhamento, de acordo com o previsto no n.º 3**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 34

do art. 19.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 1721/15, DATADO DE 18/11/2015 – PC N.º 98/15, DATADO DE 01/04/2015 – ANTÓNIO JOSÉ FERREIRA BAROSA

895 - Presente requerimento n.º 1721/15, datado de 2015/11/18, constante do processo camarário n.º 98/15, subscrito por **ANTÓNIO JOSÉ FERREIRA BAROSA**, com o NIF 120235250, residente no Beco dos Outeiros, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Legalização e ampliação de moradia e muros de vedação”* existente, localizada num prédio urbano sito no Beco dos Outeiros, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6.453, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo número 5.415, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação de câmara datada de 2015/09/03.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2015/12/07, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre o mesmo recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de *“Legalização e ampliação de moradia e muros de vedação”* existente, localizada num prédio urbano sito no Beco dos Outeiros, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6.453, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo número 5.415, com o número de processo 98/15, com data de entrada em 2015/04/01, apresentado por **ANTÓNIO JOSÉ FERREIRA BAROSA, com o NIF 120235250, residente no Beco dos Outeiros, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos,

ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**8 - REQ. N. 177/15, DATADO DE 11/02/2015 – PC N.º 40/15, DATADO DE 11/02/2015 –
SPORTING CLUBE MARINHENSE**

896 - Presente pedido com o registo n.º 177/15, datado de 11/02/2015 relativo a licenciamento de alterações no edifício, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15.407 e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos n.º 3.750 e n.º 5.880, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 40/15, com data de entrada de 11/02/2015, apresentado por **SPORTING CLUBE MARINHENSE**, com o NIPC 501 150 544, com sede na Estrada de Leiria, n.º 111, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 07/12/2015, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser aprovado e os de especialidade em condições de serem aceites.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto - Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo ao licenciamento de alterações no edifício, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15407 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3750 e 5880, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 40/15, com data de entrada de 11/02/2015, apresentado por **SPORTING CLUBE MARINHENSE**, com o NIPC 501 150 544, com sede na Estrada de Leiria, n.º 111, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 34

3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 1749/15, DATADO DE 23/11/2015 – PC N.º 68/12, DATADO DE 09/03/2012 – MATOSPLÁS - INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S.A.

897 - Presente pedido com o registo n.º 1749/15, datado de 23/11/2015, a solicitar a junção dos projetos de especialidade e o licenciamento de alterações a efetuar em obra numa unidade industrial, titulada pelo alvará de obras de legalização e ampliação n.º 32/14, assim como a prorrogação por mais um mês da validade do referido alvará, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1.616 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 811-P, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 68/12, com data de entrada de 09/03/2012, apresentado por **MATOSPLÁS - INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S.A.**, com o NIPC 505256630, com sede na Estrada da Nazaré, Moita, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 25/06/2015;

Presente informação técnica, datada de 07/12/2015, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 10/12/2015, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a alterações a efetuar em obra numa unidade industrial, titulada pelo alvará de obras de legalização e ampliação n.º 32/14, assim como a prorrogação por mais um mês da validade do referido alvará, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1.616 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 811-P, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 68/12, com data de entrada de 09/03/2012, apresentado por **MATOSPLÁS - INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S.A., com o NIPC 505 256 630, com sede na Estrada da Nazaré, Moita, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande.**

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 34

1 - Nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 27.º do RJUE, a alteração da licença dá lugar a aditamento ao alvará, pelo que deverá apresentar, no prazo de 10 dias, o respetivo original.

2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 1792/15, DATADO DE 01/12/2015 – PC N.º 258/14, DATADO DE 18/07/2014 – ETELVINA PELARIGA MARQUES

898 - Presente requerimento n.º 1792/15, datado de 2015/12/01, constante do processo camarário n.º 258/14, subscrito por ETELVINA PELARIGA MARQUES, com o NIF 161467571, residente na Rua de Santo António de Platina, n.º 33, lugar de Talhões, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao **pedido de alterações ao licenciamento da “Alteração e ampliação de moradia unifamiliar”** existente, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua Litoral Oeste, n.º 3, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6.460, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo número 2.241, para o qual foi atribuído o alvará de obras de alteração e ampliação n.º 39/15, datado de 2015/05/15, dispondo as alterações em apreço de projeto de arquitetura aprovado por deliberação de câmara datada de 2015/09/18.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2015/09/07, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão e considerando o parecer técnico que sobre a mesma recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de alterações ao licenciamento da **“Alteração e ampliação de moradia unifamiliar”** existente, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua Litoral Oeste, n.º 3, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6.460, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo número 2.241, com o número de processo 258/14, com data de entrada em 2014/07/18, apresentado por ETELVINA PELARIGA MARQUES, com o NIF 161467571, residente na Rua de Santo António de Platina, n.º 33, lugar de Talhões, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 12,22m², ao longo da frente do prédio confinante com a Rua Sombras do Poente, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “PLANTA DE IMPLANTAÇÃO - FINAL” - “Folha: 2.1 F”, datada de agosto de 2015, entregue a coberto do requerimento n.º 1113/15, datado de 2015/08/11, ficando a emissão da autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.
2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente um passeio ao longo da frente do prédio confinante com a Rua Sombras do Poente, com a dimensão e alinhamento constantes da peça gráfica correspondente à “PLANTA DE IMPLANTAÇÃO - FINAL” - “Folha: 2.1 F”, com o mesmo tipo de material existente no passeio localizado a Poente do prédio.
3. Aquando da execução do passeio, deverá solicitar previamente aos respetivos serviços municipais, a indicação do seu alinhamento, de acordo com o previsto no n.º 3 do art. 19.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 27.º do RJUE, a alteração da licença dá lugar a aditamento ao alvará, pelo que deverá apresentar o original do alvará de obras de alteração e ampliação n.º 39/15, datado de 2015/05/15, para o efeito.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 1688/15, DATADO DE 16/11/2015 – PC N.º 429/15, DATADO DE 16/11/2015 – CARLOS MANUEL HENRIQUES CRISTÓVÃO E FRANCISCO MARIA DOS SANTOS

899 - Presente requerimento n.º 1688/15, datado de 2015/11/16, constante do processo camarário n.º 429/15, subscrito por **CARLOS MANUEL HENRIQUES CRISTÓVÃO**, com o NIF 169769933, residente na Rua António Maria da Silva, n.º 38, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, e por **FRANCISCO MARIA DOS SANTOS**, com o NIF 117490628, residente na Rua António Maria da Silva, n.º 34, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Demolição de habitação e anexos*” existentes, localizados num prédio urbano sito na Rua António Maria da Silva, n.º 36, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13.277, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 3.448. Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2015/11/17, que refere que o projeto apresentado se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “Demolição de habitação e anexos” existentes, localizados num prédio urbano sito na Rua António Maria da Silva, n.º 36, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na

Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13.277, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 3.448, com o número de processo 429/15, com data de entrada em 2015/11/16, apresentado por CARLOS MANUEL HENRIQUES CRISTÓVÃO, com o NIF 169769933, residente na Rua António Maria da Silva, n.º 38, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, e por FRANCISCO MARIA DOS SANTOS, com o NIF 117490628, residente na Rua António Maria da Silva, n.º 34, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Deverá efetuar o tapamento dos dois vãos de janela e do vão da porta existentes na fachada principal que se pretende demolir parcialmente, através de tijolos cerâmicos, devidamente rebocados, com pintura de todo o painel da fachada a manter, por forma a conseguir o adequado acabamento da mesma.
2. Deverá proceder à demolição do “murete” existente junto da fachada principal, por forma a permitir o alargamento do passeio até ao alinhamento da fachada existente, com o necessário acabamento do passeio público, através da utilização de pavê igual ao existente no passeio envolvente.
3. Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.
4. Deverá promover a execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.
5. O futuro muro de vedação a construir no alinhamento da fachada existente, deverá garantir as especificações constantes no n.º 1 do art. 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, nomeadamente:
 - a) Serem executados em alvenaria ou betão armado, rebocados e pintados;
 - b) Não exceder a altura de 0,80m acima da cota do passeio fronteiro, podendo ainda elevar-se elementos gradeados, ou sebes vivas, desde que, no seu cômputo geral, não exceda o valor máximo de 1,50m.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos,

ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N. 1814/15, DATADO DE 03/12/2015 – PC N.º 363/15, DATADO DE 07/10/2015 – CARLOS ALBERTO COSTA FONSECA

900 - Presente requerimento n.º 1814/15, datado de 2015/12/03, constante do processo camarário n.º 363/15, subscrito por **CARLOS ALBERTO COSTA FONSECA**, com o NIF n.º 132551454, com residência na Rua 52, n.º 61, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de muros de vedação*”, a incidir sobre um prédio rústico sito no lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20.106 e omissa na matriz.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2015/12/07, que refere que o projeto se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido, a Câmara delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de “*Construção de muros de vedação*”, a incidir sobre um prédio rústico sito no lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20.106 e omissa na matriz, com o número de processo 363/15, com data de entrada em 2015/10/07, apresentado por **CARLOS ALBERTO COSTA FONSECA**, com o NIF n.º 132551454, com residência na Rua 52, n.º 61, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 201,50m², ao longo das frentes do prédio confinantes a Sul com a Rua 52 e a Poente com Caminho Público, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “*LEV. TOPOGRÁFICO/IMPLANTAÇÃO*”, datada de setembro de 2015, entregue a coberto do requerimento n.º 1814/15, datado de 2015/12/03;
2. A execução de passeio público na faixa agora cedida, ficará a encargo do requerente, logo que seja apresentado processo de obras de edificação para o prédio em causa;
3. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao correto acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente que:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 34

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 1460/15, DATADO DE 09/10/2015 – PC N.º 97/14, DATADO DE 28/03/2014 – RUI MONTEIRO DE SOUSA CRUZ

901 - Presente processo camarário n.º 97/14, subscrito por RUI MONTEIRO DE SOUSA CRUZ, com o NIF 196 149 789, residente na Rua Formosa, n.º 8, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, inerente ao pedido de licenciamento para a obra de *“Construção de uma moradia unifamiliar e muro”*, incidente sobre um prédio urbano na Rua Formosa, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2.000 e omissa na matriz, cuja arquitetura foi aprovada por deliberação camarária tomada em reunião de 08/05/2014, tendo o deferimento final ocorrido por deliberação camarária tomada na reunião de 31/07/2014, objeto de alterações aprovadas por deliberação camarária tomada na reunião de 09/07/2015, encontrando-se a construção titulada pelo alvará de obras de construção n.º 82/14, emitido 26/09/2014, no qual foi emitido o aditamento respeitante às alterações aprovadas.

Presente requerimento n.º 1460/15, datado de 09/10/2015, em que é solicitada a autorização de utilização para o edifício.

Presente parecer dos serviços de fiscalização, datado de 17/11/2015, sobre a verificação da execução dos arranjos exteriores, constatando a falta da execução do remate entre o passeio executado e o arruamento existente.

Presente parecer técnico, datado de 27/11/2015, a especificar as condições de execução dos arranjos exteriores em falta.

Presente parecer dos serviços, datado de 11/12/2015, sobre o assunto.

A Câmara analisou as informações presentes no processo camarário n.º 97/14, subscrito por RUI MONTEIRO DE SOUSA CRUZ, com o NIF 196 149 789, residente na Rua Formosa, n.º 8, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, inerente ao pedido de licenciamento para a obra de *“Construção de uma moradia unifamiliar e muro”*, incidente sobre um prédio urbano na Rua Formosa, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2.000 e omissa na matriz, cuja arquitetura foi aprovada por deliberação camarária tomada em reunião de 08/05/2014, tendo o deferimento final ocorrido por deliberação camarária tomada na reunião de 31/07/2014, objeto de alterações aprovadas por deliberação camarária tomada na reunião de 09/07/2015, encontrando-se a construção titulada pelo alvará de obras de construção n.º 82/14,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 34

emitido 26/09/2014, no qual foi emitido o aditamento respeitante às alterações aprovadas, e delibera determinar ao requerente que deverá completar a execução dos arranjos exteriores, designadamente, o remate do pavimento entre o passeio executado e o arruamento existente, podendo fazê-lo numa das seguintes formas:

1 - Abertura de caixa com execução de uma camada em Tou-Venant com uma espessura mínima de 0,20m seguida da pavimentação com misturas betuminosas com uma espessura mínima de 0,05m, incluindo rega de impregnação com emulsão catiónica de rotura lenta.

2 - Abertura de caixa com execução de uma camada em Tou-Venant com uma espessura mínima de 0,20m seguida da pavimentação em calçada grossa (0,10mx0,10mx0,10m).

3 - Abertura de caixa com execução de uma camada em Tou-Venant com uma espessura mínima de 0,20m seguida da pavimentação com betão da classe C12/15 com uma espessura mínima de 0,10m.

Mais delibera informar que os referidos trabalhos deverão ser executados no prazo máximo de 1 mês após a notificação da deliberação ora tomada, devendo comunicar aos serviços a sua execução, informando de que forma promoveu a mesma, dentre as opções concedidas, acompanhando a comunicação de novo termo de responsabilidade do diretor de obra, mencionando a execução dos arranjos exteriores de acordo com a presente deliberação, sem o que não poderá ser concedida a autorização de utilização.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 1864/15, DATADO DE 10/12/2015 – PC N.º 425/15, DATADO DE 13/11/2015 – ANTÓNIO JOSÉ MORGADO GUARDA

902 - Presentes requerimentos n.º 1676/15 e n.º 1864/15, datados de 2015/11/13 e de 2015/12/10, respetivamente, subscritos por ANTÓNIO JOSÉ MORGADO GUARDA, com o NIF 115273484, com morada em Rua de Angola, n.º 55, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, constante do processo camarário n.º 425/15, referente ao “*Pedido de certidão de destaque*”, a incidir sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande, sob o n.º 8.095, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 6830, com a área total de 661,38m², localizado na Rua da Serração, n.º 5, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2015/12/17, que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários ao deferimento da operação de destaque de uma parcela de terreno com a área de 259,00m², bem como à emissão da respetiva certidão comprovativa.

Após análise da pretensão, bem como o referido parecer técnico datado de 2015/12/17, a Câmara delibera MANDAR EMITIR A CERTIDÃO comprovativa da verificação dos

requisitos do destaque para efeitos de registo predial, nos termos do n.º 9 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto- Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por se ter verificado que a operação de destaque de uma parcela de terreno com a área de 259,00m², reúne as condições expressas no n.º 4 e n.º 8 do artigo 6.º do mencionado diploma legal, dado o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande, sob o n.º 8.095, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 6.830, com a área total de 661,38m², localizado na Rua da Serração, n.º 5, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, se situar em perímetro urbano e as duas parcelas resultantes do destaque, confrontarem com arruamento público, a moradia e anexo erigido na parcela a destacar asseguram os parâmetros preceituados pelo n.º 8 do artigo 5º do Regulamento do PDMMG em vigor. A parcela remanescente com 402,38m², apresenta-se vinculada ao cumprimento dos indicadores urbanísticos definidos pelo n.º 8 do artigo 5º do Regulamento do PDMMG em vigor, com um fogos, 240,00 m² de área bruta de construção, 3 pisos e cêrcea máxima de 9,5 m de altura, o mínimo de 1 estacionamento por fogo para habitação e/ou 1 estacionamento por cada 50 m² de área coberta se a ocupação se destinar a comércio ou serviços.

Mais delibera que na certidão a emitir deve constar a obrigatoriedade de inscrição do ónus de não fracionamento das parcelas resultantes do destaque, por um período de 10 anos contados da data do mesmo, nos termos do n.º 6 e n.º 7 do citado artigo 6.º, sem o que não poderá ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N. 1869/15 DATADO DE 11/12/2015 – PC N.º 468/15 , DATADO DE 11/12/2015 – MARIA DA LUZ SERRA MOITEIRO

903 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1869/15, datado de 11/12/2015, apresentado por **MARIA DA LUZ SERRA MOITEIRO**, com o NIF 122300351, com morada em Praceta das Várzeas, n.º 7, Queijas, freguesia de Queijas, concelho de Oeiras, representada por Luiz Sousa Domingues, com o NIF 158107470 e morada em Rua Fernando José Alvarez Baridó, n.º 28, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na Rua das Rosas, n.º 2, freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 696/1961, titulada pelo alvará de construção n.º 165, emitido em 28/02/1962.

Presente parecer técnico datado de 16/12/2015, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista na alínea a) do n.º2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua das Rosas, nº 2, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de MARIA DA LUZ SERRA MOITEIRO, com o NIF 122300351, com morada em Praceta das Várzeas, nº 7, Queijas, freguesia de Queijas, concelho de Oeiras, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) **Membros suplentes**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N. 1863/15, DATADO DE 10/12/2015 – PC N.º 570/2015, DATADO DE 10/12/2015 – GRACINDA DOS SANTOS

904 - Presente requerimento registado sob o nº 1863/15, datado de 10/12/2015, apresentado por **GRACINDA DOS SANTOS**, com o NIF 181060094, residente em Rua Álvaro Pedro Gomes, nº 5, 1.ºD, freguesia de Sacavém e concelho de Loures, através do qual é solicitada uma vistoria ao imóvel de que é proprietária, correspondente à fração “H” do prédio sito na Rua da Lagoa, nº 24, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, face à alegada existência de infiltrações nas paredes e chão de algumas divisões do imóvel, de modo a que possam ser aferidas as condições de segurança, higiene e salubridade.

Presente parecer dos serviços, datado de 16/12/2015, sobre o assunto.

Após análise pedido e da informação datada de 16/12/2015, a Câmara Municipal delibera:
Nos termos do nº 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de março e pela Lei nº 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, **DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA** ao imóvel correspondente à fração “H” do prédio sito na Rua da Lagoa, nº 24, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e

concelho de Marinha Grande, propriedade de GRACINDA DOS SANTOS, com o NIF 181060094, residente em Rua Álvaro Pedro Gomes, n.º 5, 1.ºD, freguesia de Sacavém e concelho de Loures, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelo proprietário.

DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 13/01/2016, pelas 10h00, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

Membros efetivos:

Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Vasco Fernandes

Membros suplentes:

Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Dra. Eunice Marques

NOTIFICAR a administração do condomínio do prédio, designada como CONDOMINIO DO PREDIO SITO NA RUA DA LAGOA N.º 24-26 E RUA DO SOL N.º 1 e representada, segundo a requerente, por José Ferreira, com morada na Rua Visconde de Sousel, n.º 30, Pussos, 3250-389 Alvaiázere da realização da vistoria, convocando-o para estar presente na mesma, uma vez que poderão existir anomalias nas partes comuns do imóvel.

INFORMAR a requerente, proprietária do imóvel, bem como o representante da Administração do Condomínio, que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - 1/1474/2015 – RECLAMAÇÃO SOBRE EXISTÊNCIA DE MURO EM RISCO DE QUEDA – DETERMINAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE VISTORIA

905 - Presente pedido registado sob o n.º 1/1474/2015, de 29/10/2015, apresentado por Albertino Silva, residente em Rua Guilhermino Marques, n.º 11, freguesia e concelho de Marinha Grande, é apresentada reclamação sobre a existência de um muro com mais de 5,00 metros de altura em risco de queda.

Presente informação dos serviços de fiscalização, datada de 23/11/2015, a confirmar a existência de uma construção antiga em mau estado de conservação.

Após análise pedido e da informação datada de 23/11/2015, considerando que:

1 - Tendo em conta o disposto no n.º 2 do artigo 89.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, a Câmara Municipal pode, a requerimento de qualquer interessado, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção das más condições de segurança ou de salubridade existentes;

2 – A determinação das obras de conservação é precedida pela realização de vistoria, cuja competência para a sua determinação é da Câmara Municipal, conforme artigo 90.º do RJUE

A Câmara Municipal delibera:

Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA ao imóvel sito em Rua Guilhermino Marques, propriedade de CASTÁLIA OLIVEIRA DE SOUSA, residente em Estrada Principal, n.º 5ª, Garcia, 2430-132 Marinha Grande, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelo proprietário.

DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 13/01/2016, pelas 11h00, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

Membros efetivos:

Engenheiro Rui Vicente

Arquiteto Ricardo Santos

Engenheiro Vasco Fernandes

Membros suplentes:

Engenheira Cristina Silva

Arquiteto Alexandre Fava

Dra. Eunice Marques

NOTIFICAR o reclamante, Albertino Silva, residente em Rua Guilhermino Marques, n.º 11, freguesia e concelho de Marinha Grande, da realização da vistoria.

INFORMAR o reclamante e a proprietária do imóvel, que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N. 1877/15, DATADO DE 14/12/2015 – PC N.º 574/2015, DATADO DE 14/12/2015 – TERESA MARIA GOMES CLÉRIGO E MARIA ANISABEL GOMES FRANCISCO RIBEIRO DE BRITO

906 - Presente pedido registado sob o n.º E/9068/2015, de 20/10/2015, a que correspondem o requerimento n.º 1877/15, datado de 14/12/2015 e o processo administrativo n.º 254/2015, registado em 14/12/2015, apresentado por **TERESA MARIA GOMES CLÉRIGO**, com o NIF 120457520, residente em Avenida 1.º de Maio, n.º 179, freguesia e concelho de Marinha Grande, e **MARIA ANISABEL GOMES FRANCISCO RIBEIRO DE BRITO**, com o NIF 145326039, residente em Travessa 1.º de Maio, n.º 10, freguesia e concelho de Marinha Grande é apresentada reclamação sobre situação existente no prédio confinante com a habitação sita na **Avenida 1.º de Maio, n.º 179**, designadamente, a alegada queda de pedaços de vidro das janelas que terão sido quebradas pelos inquilinos, bem como de objetos de uso pessoal e doméstico, entre as quais, seringas e preservativos, provenientes do referido prédio, voltado para a Rua Vasco da Gama.

Presente informação dos serviços, datada de 17/12/2015, sobre o assunto

Após análise pedido, considerando que:

1 - Tendo em conta o disposto no n.º 2 do artigo 89.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, a Câmara Municipal pode, a requerimento de qualquer interessado, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção das más condições de segurança ou de salubridade existentes;

2 – A determinação das obras de conservação é precedida pela realização de vistoria, cuja competência para a sua determinação é da Câmara Municipal, conforme artigo 90.º do RJUE

A Câmara Municipal delibera:

Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA aos imóveis sitos na Avenida 1.º de Maio, n.º 179, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Maria Ascensão Gomes de Faria, com morada na Avenida 1.º de Maio, n.º 179, freguesia e concelho de Marinha Grande e na Rua Vasco da Gama, propriedade de Artur Pedrosa, com morada na Rua Vasco da Gama, n.º 3, freguesia e concelho de Marinha Grande, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelo proprietário.

DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 13/01/2016, pelas 12h00, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

Membros efetivos:

Engenheiro Rui Vicente

Arquiteto Ricardo Santos

Engenheiro Vasco Fernandes

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 34

Membros suplentes:

Engenheira Cristina Silva

Arquiteto Alexandre Fava

Dra. Eunice Marques

NOTIFICAR as reclamantes, Teresa Maria Gomes Clérigo, com o NIF 120457520, residente em Avenida 1.ª de Maio, n.º 179, freguesia e concelho de Marinha Grande, e Maria Anisabel Gomes Francisco Ribeiro de Brito, com o NIF 145326039, residente em Travessa 1.ª de Maio, n.º 10, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como o proprietário do imóvel confinante com o imóvel objeto da reclamação, Artur Pedrosa, com morada na Rua Vasco da Gama, n.º 3, freguesia e concelho de Marinha Grande, da realização da vistoria.

INFORMAR as reclamantes e os proprietários de ambos os imóveis, que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - REQ. N. 641/15, DATADO DE 08/05/2015 – PC N.º 166/2015, DATADO DE 08/05/2015
– QUINTA DO MONTE GRANDE

Durante a discussão deste ponto o **Sr. Vereador Vítor Pereira** levantou algumas questões sobre as áreas e os índices de construção, que foram respondidas pela Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, **Dr.ª Inês Marrazes**.

Seguidamente o Sr. Presidente pôs a votação a seguinte proposta:

907 - Presente **Auto de Vistoria** datado de 28/01/2015, referente à vistoria realizada em 21/01/2015 ao estabelecimento denominado “**restaurante Monte Grande**”, sito na rua do Fagundo, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande com o n.º 10493 e inscrito na Matriz Predial Urbana sob o artigo n.º 17980, cuja entidade exploradora é **QUINTA DO MONTE GRANDE, LDA.**, com sede na Travessa da Zona Industrial, n.º 128, Bloco 1, 3100-842 Meirinhas, a enquadrar da conformidade das instalações existentes face ao constante no respetivo processo de licenciamento em que se encontra o referido imóvel, o qual se dá por inteiramente reproduzido.

Presente parecer técnico datado de 16/12/2015 que informa que as desconformidades, detetadas em sede da vistoria a que se reporta o Auto de Vistoria mencionado, decorrentes da realização de obras efetuadas sem o necessário ato administrativo de controlo prévio, são passíveis de legalização, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 102 do Regime

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 34

Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Após análise do processo, do auto de vistoria, e do parecer técnico, a Câmara delibera:

1.- NOTIFICAR a entidade exploradora, QUINTA DO MONTE GRANDE, LDA., com sede na Travessa da Zona Industrial, n.º 128, Bloco 1, 3100-842 Meirinhas, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 102º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/14, 9 de setembro, que deve efetuar, no prazo de 90 dias a contar da data da notificação da presente deliberação, a reposição da legalidade urbanística, para o que deverá proceder à legalização, prevista na alínea d) do n.º 2 do artigo 102º do RJUE, das obras efetuadas no estabelecimento denominado “restaurante Monte Grande”, sito na rua do Fagundo, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande com o n.º 10.493 e inscrito na Matriz Predial Urbana sob o artigo n.º 17.980, da freguesia de Marinha Grande, sem o necessário ato administrativo de controlo prévio.

2.- INFORMAR que o respetivo processo de legalização, deverá ser acompanhado, nos termos do n.º 3 do mesmo artigo 102-A, dos seguintes elementos:

- a) Projetos de especialidade aplicáveis, nomeadamente os de estabilidade, os das redes prediais de distribuição de águas, de águas residuais, e de gás, de comportamento térmico, de acústico, de acessibilidade e de segurança contra incêndios;**
- b) Aprovação, por parte da Infraestruturas de Portugal, das alterações efetuadas na área de servidão da EN 242, afeta a esta entidade;**

Delibera, igualmente, NOTIFICAR a entidade exploradora que deverá apresentar, no prazo de 8 dias a contar da data da notificação, o certificado de aprovação, por parte da entidade certificadora competente, da rede predial de gás existente nas instalações do estabelecimento a que se refere o presente processo;

Mais delibera INFORMAR que o não cumprimento destas disposições implicará, nos termos do disposto no artigo 109 do RJUE, a ordenação da cessação de utilização do edifício.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - REQ. N. 1423/15, DATADO DE 10/02/2015 – PC N.º 127/2015, DATADO DE 07/04/2015 – ÁLVARO MONTEIRO

908 - Presente requerimento registado sob o n.º 459/15, datado de 07/04/2015, apresentado por **ÁLVARO MONTEIRO**, com o NIF 105307971, residente em Rua do Guilherme, n.º 21, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar uma vistoria ao imóvel de que é arrendatário, face à alegada degradação do mesmo, de modo a que possam ser

aferida as condições de higiene, segurança e salubridade do imóvel, atendendo a que este é habitado por pessoas com problemas de saúde e crianças.

Presente Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 12/11/2015, pela qual foi determinada a realização de vistoria prévia ao imóvel sito em Rua do Guilherme, n.º 21, lugar de Amieirinha, propriedade da massa da herança aberta por óbito de António da Conceição Santos e Maria do Rosário Pedroso, cujo herdeiro nomeado cabeça de casal é **ANTÓNIO JOSÉ PEDROSO DOS SANTOS**, residente em Rua Devesa Escura, n.º 1161, lugar de S. Tomé de Abação, 4810-677 Guimarães, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelo proprietário, nos termos do previsto no artigo 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro.

Presente Auto de Vistoria datado de 17/12/2015, referente à vistoria realizada em 25/11/2015, a enquadrar o estado em que se encontra o referido imóvel.

Após análise do processo e do auto de vistoria elaborado pela Comissão respetiva, considerando que foi verificado que o edifício vistoriado encontra-se em más condições de segurança, higiene e salubridade, acarretando sérios riscos para a saúde pública e para a segurança de pessoas e bens, a Câmara delibera, nos termos do disposto no n.º 2 do art. 89.º nas alíneas a) e e) do n.º 1, na alínea e) do n.º 2 e no n.º 3 do artigo 102.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, determinar NOTIFICAR o cabeça de casal herança aberta por óbito de António da Conceição Santos e Maria do Rosário Pedroso, **ANTÓNIO JOSÉ PEDROSO DOS SANTOS, residente em Rua Devesa Escura, n.º 1161, lugar de S. Tomé de Abação, 4810-677 Guimarães, para, num prazo de 45 dias, promover as obras necessárias a sanar as deficiências detetadas pela Comissão de Vistorias e patentes no referido Auto de Vistoria, apresentando previamente, relativamente às operações urbanísticas que se encontrem sujeitas a controlo prévio, o competente pedido de licenciamento, designadamente:**

1. Execução de obras de reparação e beneficiação em todo o imóvel, sendo prioritário a intervenção nos compartimentos da instalação sanitária e cozinha, prevendo nomeadamente, a colocação de novas peças sanitárias, armários e equipamento de cozinha, pavimentos, paredes, tetos e todas as infraestruturas necessárias (instalação elétrica, redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais domésticas;
2. Colocação de pavimentos, vãos (interiores e exteriores) em todos os compartimentos da habitação
3. Pintura interior e exterior da habitação
4. Demolição das edificações (anexos) existentes ao nível do logradouro da edificação principal, que se encontrem em mau estado de conservação ou já em ruínas, incluindo a remoção e limpeza de todos os materiais resultantes dessas demolições;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 34

5. **Reparação e tamponamento do poço existente no logradouro do prédio;**
6. **Limpeza de lixos e remoção de materiais, entulhos e combustível florestal acumulado no exterior do edifício, causadores de insalubridade e potenciadores de incêndios, para local devidamente adequado**

Mais delibera, dar conhecimento desta diligência ao arrendatário do imóvel, por ÁLVARO MONTEIRO, com o NIF 105307971, residente em Rua do Guilherme, n.º 21, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, remetendo-lhes cópia do auto de vistoria elaborado.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - REQ. N. 1748/15, DATADO DE 23/11/2015 – PC N.º 305/11, DATADO DE 09/08/2011 – MUSA – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS E TURÍSTICOS, LDA

909 - Presente processo de licenciamento n.º 305/11, em nome de **MUSA – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS E TURÍSTICOS, LDA**, com o NIPC 503771627, com sede na Avenida D. José I, n.º 3, C, Reboleira, Amadora, para legalização de um edifício destinado a armazém, sito na Rua da Indústria Metalúrgica, Picassinos, freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7813 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 756, da freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presentes alegações escritas da interessada, com registo de entrada n.º 1748/15, datadas de 23-11-2015, proferidas em sede de audiência prévia.

Considerando que:

- Por ofício com o n.º 1055/15 de 12-11-2015 Musa – Investimentos Imobiliários e Turísticos, Lda, com o NIPC 503771627, com sede na Rua D. José, 3C, Reboleira, Amadora foi notificada para se pronunciar, por escrito, em sede de audiência prévia sobre a intenção da Câmara Municipal declarar, ao abrigo do n.º 5 do artigo 71.º e nos termos do n.º 2 do artigo 71.º ambos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pela Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), a caducidade da licença concedida em reunião camarária de 31-07-2015, para legalização de alterações de um edifício destinado a armazém sito na Rua da Indústria Metalúrgica, Tojeira, Picassinos, Marinha Grande, por não ter sido requerida a emissão do respetivo alvará de construção no prazo previsto na Lei;
- A interessada pronunciou-se em sede de audiência prévia, tendo apresentado alegações escritas em 23-11-2015, dentro do prazo que lhe foi determinado;
- Justificou a não apresentação dos documentos instrutores do pedido de emissão do referido alvará, nomeadamente termo de responsabilidade do técnico diretor da obra e documento comprovativo das suas qualificações, por a técnica responsável pela emissão do referido termo se encontrar em Moçambique;
- Já possui os elementos em falta prontos para serem apresentados;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 34

- O licenciamento em causa diz respeito a uma legalização de obras já realizadas;
- De acordo com a alegante, no armazém, objeto de legalização, trabalham 3 pessoas;
- Importa repor a legalidade daquela operação urbanística, mediante a emissão do respetivo alvará de construção, de modo a que seja reintegrada a ordem administrativa violada;

Delibera considerar os factos invocados em sede de audiência prévia por Musa – Investimentos Imobiliários e Turísticos, Lda, com o NIPC 503771627, com sede na Rua D. José, 3C, Reboleira, Amadora, como impeditivos da caducidade da deliberação tomada pela Câmara Municipal em 31-07-2015, que licenciou (legalizou) as alterações de um armazém existente, sito na rua da Indústria Metalúrgica, Tojeiras, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - REQ. N. 1511/15, DATADO DE 19/10/2015 – PC N.º 835/04, DATADO DE 23/11/2004 – DÂMASO MANUEL MIGUEL SILVA

910 - Presente requerimento n.º 1511, datado de 19/10/2015, apresentado POR **DÂMASO MANUEL MIGUEL SILVA**, com o número de identificação fiscal 160 882 206 e morada na Travessa da Indústria, n.º 4, 2430 – 668 Vieira de Leiria, a solicitar a realização de vistoria às obras de urbanização realizadas no âmbito de uma operação urbanística de loteamento urbano, sito na Travessa da Indústria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, aprovadas no âmbito do processo de Loteamento n.º 835/04, Alvará n.º 02/10, com vista à sua receção definitiva e à libertação do montante de 686,07€ (seiscentos e oitenta e seis euros e sete cêntimos), correspondente à parte remanescente do depósito caução efetuado pelo requerente nos cofres da Tesouraria da Câmara Municipal da Marinha Grande, através da guia n.º 1/84/1798 de 09/02/2010, como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização;

Presente informação da Comissão de Vistorias, datada de 7 de dezembro de 2015, referindo que é possível proceder à receção definitiva das obras de urbanização realizadas, designadamente infraestruturas viárias – passeios - uma vez que as mesmas se encontram em boas condições de conservação;

Presente, igualmente, Auto de Vistoria, datado de 7 de dezembro de 2015, propondo a receção definitiva das obras de urbanização em causa;

Após análise da pretensão apresentada pelo requerente, a Câmara delibera:

DEFERIR o pedido de receção definitiva das obras de urbanização realizadas no âmbito de uma operação urbanística de loteamento urbano, sito na Travessa da Indústria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, aprovadas no âmbito do processo de Loteamento n.º 835/04, Alvará n.º 02/10, designadamente infraestruturas viárias – passeios conforme proposto pela Comissão de Vistoria nos seus relatório e auto, datados de 7 de dezembro de 2015, uma vez que as mesmas se encontravam em bom estado de conservação e executadas de acordo com o respetivo projeto da

especialidade, e MANDAR LIBERTAR o montante de 686,07€ (seiscentos e oitenta e seis euros e sete cêntimos), que corresponde ao valor remanescente do depósito caução, efetuado pelo requerente nos cofres da Tesouraria da Câmara Municipal da Marinha Grande, através da guia n.º 1/84/1798 de 09/02/2010, como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - REQ. N. 1594/15, DATADO DE 02/11/2015 – PC N.º 544/05, DATADO DE – CAIXA LEASING E FACTORING – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.

911 - Presente requerimento n.º 1594/15 de 02/11/2015, apresentado por CAIXA LEASING E FACTORING – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A., com o número de identificação fiscal 505 939 851, e sede na Avenida 5 de Outubro, n.º 175, 12.º And., 1050-053 Lisboa, a solicitar a realização de vistoria às obras de urbanização realizadas no âmbito do processo de licenciamento n.º 544/05, ao qual foi atribuído o Alvará de Licença de Construção n.º 43/06, que respeita à construção de unidade industrial e obras de urbanização, sita na Rua de Casal da Lebre, Relvinhas, e a redução do valor da garantia bancária n.º bancária n.º 2539.000193193, da Caixa Geral de Depósitos, prestada pela requerente como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização.

Presente relatório de vistoria, da Comissão de Vistorias, referindo que apenas é possível proceder à receção provisória da rede de abastecimento de águas, uma vez que as restantes redes não se encontram devidamente concluídas;

Presente, igualmente, Auto de Vistoria propondo a receção provisória da rede de abastecimento de água e a manutenção da receção provisória parcial das restantes obras de urbanização, nomeadamente, infraestruturas viárias e redes de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais nos termos da deliberação de Câmara de 15 de abril de 2010;

Após análise da pretensão apresentada pelo requerente, a Câmara delibera:

ACEITAR PROVISORIAMENTE a componente relativa à rede de abastecimento de água e manter a receção provisória parcial das restantes obras de urbanização, sitas na Rua do Casal da Lebre, Relvinhas, freguesia e concelho da Marinha Grande, realizadas no âmbito do processo de licenciamento n.º 544/05, titulado por CAIXA LEASING E FACTORING – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A., com o número de identificação fiscal 505 939 851, e sede na Avenida 5 de Outubro, n.º 175, 12.º And., 1050-053 Lisboa, conforme proposto pela Comissão de Vistoria nos documentos anexos à presente deliberação, e MANDAR LIBERTAR o montante de 10.750,28€, - dez mil setecentos e cinquenta euros e vinte e oito cêntimos - de forma a salvaguardar que o montante retido corresponde a 10% do valor da garantia bancária n.º 2539.000193193, da Caixa Geral de Depósitos, inicialmente prestada pela requerente como garante da sua boa e regular execução.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - PC N.º 86/99, DATADO DE 21/01/1999 – EMPOLIS – EMPRESA DE PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA, LDA

912 - Presente despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 24/02/2015, no qual foi determinada a notificação da administradora de insolvência, Romão Nunes Slj. Unipessoal, Lda. e de Maria Luísa Magalhães Lopes, administradora da massa insolvente, da data de realização de nova vistoria, determinada por despacho n.º 198/2014, de 26 de maio, do Sr. Presidente da Câmara Municipal, às obras de urbanização na operação urbanística titulada pelo alvará de loteamento n.º 11/99, emitido em 20/09/1999, em nome de **EMPOLIS – EMPRESA DE PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA, LDA.**, com sede em Terraços do Marachão – Bloco 1, 2.º andar – Leiria, conforme disposto nos n.º 1 e 3 do artigo 227.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março e nos n.ºs 1 e 3 do artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, RJUE, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente relatório de vistoria, elaborado pela comissão de vistorias nomeada para o efeito.

Após análise do relatório de vistoria às obras de urbanização na operação urbanística titulada pelo alvará de loteamento n.º 11/99, emitido em 20/09/1999, em nome de Empolis – Empresa de Promoção Imobiliária, Lda”, com sede em Terraços do Marachão – Bloco 1, 2.º andar – Leiria, conforme disposto nos n.º 1 e 3 do artigo 227.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março e nos n.ºs 1 e 3 do artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, RJUE, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, elaborado pela comissão de vistorias, a Câmara delibera:

INDEFERIR, ao abrigo do n.º 1 do artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/ 2010, de 30 de março, que o republica, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, adiante RJUE, o pedido de receção definitiva das infraestruturas, por se encontrarem-se por executar parte das obras de urbanização previstas no loteamento urbano, sito em Casal da Formiga, Freguesia e Concelho da Marinha Grande, com alvará de loteamento urbano n.º 11/99, emitido a 20 de Setembro de 1999, cujo titular é a empresa EMPOLIS – EMPRESA DE PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA, LDA, com sede em Terraços do Marachão – Bloco 1, 2.º andar – Leiria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - SOCIEDADE UNIÃO DE ALBERGARIA - AUDIÊNCIA PRÉVIA – DEMOLIÇÃO PARCIAL DO EDIFÍCIO

Durante a discussão deste ponto os Srs. Vereadores colocaram algumas questões, que foram esclarecidas pelo Sr. Presidente e pela Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, Dr.ª Inês Marrazes, no que se refere à parte técnica.

Terminada a discussão, o Sr. Presidente pôs a votação a seguinte proposta:

913 - Presente documento com o registo n.º 244/15, datado de 26/02/2015 relativo à apresentação de **relatório pericial** efetuado ao edifício localizado na Rua de Albergaria (E.N. 242), n.º 48, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 76/2015, com data de entrada de 26/02/2015, apresentado por **SOCIEDADE UNIÃO DE ALBERGARIA**, com o NIPC 501 640 029, com sede na Estrada Nacional n.º 242, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, na qualidade de titular do referido imóvel.

Presente deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em 13/05/2015, pela qual foi determinada a **realização de vistoria ao edifício** referido, ao abrigo do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação da Lei n.º 26/2010, que permitisse identificar as suas condições de segurança e salubridade, atendendo às diversas patologias construtivas e estruturais descritas no relatório pericial mencionado.

Presente **Auto de Vistoria** datado de 18/08/2015, referente à vistoria realizada em 03/06/2015, a enquadrar o estado de conservação em que se encontra o referido imóvel, o qual se dá por inteiramente reproduzido.

Presente parecer emitido pela **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC)**, sobre a possibilidade de aplicação do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro à coletividade “Sociedade União de Albergaria”, solicitado por determinação tomada na reunião de Câmara datada de 03/09/2015, o qual conclui **não ser aplicável** ao caso em apreço o regime de regularização previsto no Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, dado que o estabelecimento que funciona no edifício em causa – bar de apoio à coletividade – **não consubstancia uma unidade produtiva** enquadrável em qualquer das atividades económicas a que o regime de regularização é aplicável nos termos do n.º 3 do artigo 1.º do referido diploma legal.

Considerando que se trata de uma coletividade de reconhecido interesse público municipal e que está em curso a revisão do Plano Diretor Municipal;

Considerando que esta questão é uma questão política, já que informada tecnicamente;

A Câmara delibera aguardar que a revisão do Plano Diretor Municipal em curso possa dar resposta a esta situação e a outras.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Como se encontravam presentes dois elementos da Direção da Sociedade União de Albergaria, o **Sr. Presidente** pediu-lhes que entreguem o requerimento para o arranjo do telhado da parte velha da colectividade.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** sugeriu que apresentem um novo relatório técnico sobre a segurança do edifício, para a Câmara poder ter um contraponto com o relatório existente.

26 - REVISÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA EDIFICAÇÃO E DA URBANIZAÇÃO – CONSTITUIÇÃO COMO INTERESSADOS NO PROCEDIMENTO

914 - Em reunião de 02-04-2015, esta Câmara Municipal deliberou proceder à segunda alteração do seu Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização, de forma a adequá-lo ao Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro que procedeu à décima alteração do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de setembro, que estabelece o regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), bem como proceder à regulamentação de outras matérias que não foram contempladas nas versões anteriores daquele Regulamento.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo (CPA) foram instituídas novas regras - não contempladas aquando daquela deliberação camarária por não estarem ainda em vigor - no que diz respeito ao procedimento do regulamento administrativo.

Estas novas regras dão especial ênfase à publicitação do início do procedimento e à participação procedimental, de tal modo que é necessário publicitar na Internet, no sítio institucional da entidade pública que decidiu desencadear o procedimento, a data em que o mesmo se iniciou, o seu objeto e a forma como se pode processar a constituição como interessados.

Para além da consulta pública, já prevista no anterior código, o novo CPA alarga a participação a todos aqueles que se queiram constituir como interessados, permitindo que as associações e fundações representativas dos interesses envolvidos ou as populações possam participar ativamente, apresentando contributos para a elaboração dos regulamentos.

A Câmara Municipal ciente da importância da participação da população e entidades interessadas no processo de produção das normas regulamentares, enquanto instrumento de discussão, consenso e adesão e como tal legitimador das soluções finais que ficarão consagradas no Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização, dando cumprimento ao artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, delibera que:

- Seja dada publicidade no sítio institucional desta Câmara Municipal da Marinha Grande que esta dá início ao procedimento de revisão do seu Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização.

- Os interessados têm o prazo de 10 dias úteis a contar daquela publicitação para se constituírem como interessados e apresentarem os seus contributos para a elaboração do referido Regulamento, através de requerimento para o efeito disponibilizado no mesmo sítio

da Internet, Balcão de Relações Públicas desta Câmara Municipal e serviços administrativos da área de urbanismo (“secretaria de obras”).

A Câmara delibera, ainda, face aos contributos e sugestões apresentados durante o período que mediou o início da tomada da deliberação que desencadeou o referido procedimento e a presente data, nomeadamente a dificuldade no manuseamento do Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização em vigor, dada a sua densificação, proceder a uma revisão e a uma nova sistematização da sua matéria, acolhendo esses mesmos contributos, ainda que informais, de modo a que o Regulamento em causa seja um instrumento de fácil perceção e apreensão por quem o utiliza, mantendo-se os fundamentos da deliberação de 02-04-2015, que motivaram a alteração do dito regulamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Presidente interrompeu a reunião das 12:40 horas às 14:30 horas, para almoço.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

27 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

915 - A SPM – Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para Festa da passagem de ano na noite de 31 de dezembro de 2015 para 01 de janeiro de 2016
- Parecer para o lançamento de artefactos pirotécnicos;
- Autorização para a utilização de espaço Público: Praça Afonso Lopes Vieira em S. Pedro de Moel

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para Comemoração do 18 de janeiro
- Parecer para o lançamento de artefactos pirotécnicos;

Presentes informações nºs 83/AF e 84/AF, de 17 de dezembro de 2015, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 34

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às actividades identificadas, isentar a SPM – Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, da emissão dos pareceres para o lançamento de artefactos pirotécnicos e da autorização para a utilização de espaço Público.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES

916 - Presente o requerimento:

-registo de entrada 10704/2015 em nome de Maria Lisete Oliveira Garcia Soares, onde solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 2121 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

Nos termos do nº 1 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande a Câmara Municipal pode autorizar o pagamento em prestações das taxas nele previstas, mediante requerimento fundamentado e acompanhado dos elementos previstos no n.º 2 do citado artigo.

Presente informação nº 10/AF, de 17 de dezembro de 2015, onde se confirma que os pedidos estão instruídos e acompanhado dos elementos previstos no n.º 2 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

Assim, ao abrigo da competência prevista no nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera autorizar a Maria Lisete Oliveira Garcia Soares, o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 2121 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO – APOIO À EVOLUÇÃO DO POLITÉCNICO DE LEIRIA A UNIVERSIDADE

917 - O Instituto Politécnico de Leiria (IPLeiria), desde a sua fundação, tem desempenhado um papel fundamental e estruturante no desenvolvimento económico, social e cultural da Região de Leiria, tendo alcançado no ano lectivo 2013/2014 um significativo 9º lugar no ranking das Instituições Públicas de Ensino Superior em Portugal (em número de Estudantes inscritos) com 10 334 alunos, dos quais 700 de nacionalidade estrangeira.

A oferta formativa do IPLeiria tem uma oferta formativa diversificada, quer nos graus de ensino (Licenciaturas, Mestrados, TESP, Pós-Graduação e outros) quer nas áreas científicas de formação tendo entre os anos lectivos de 1995/1996 e 2013/2014 oferecido 26 393 Licenciaturas e 3 436 Mestrados e Cursos de complementos de formação.

À evolução da oferta de formação e do número de alunos inscritos anualmente correspondeu um significativo melhoramento do quadro docente do IPLeiria com um crescente número de docentes, em particular de Docentes Doutorados ETI que a 31/03/2015, de acordo com os dados da SIOE, correspondem a 53,3% do Quadro de Docentes da Instituição.

Das dezassete (17) unidades de investigação que compõe o IPLeiria, nove (9) têm avaliação positiva da Fundação para a Ciência e Tecnologia, tendo entre 2009 e 2014 estabelecido parcerias com mais de 200 Entidades nacionais e internacionais (75% Empresas, 25% Outras Entidades) de que resultaram 309 Projectos de I&D+i aprovados com um valor financeiro superior a 77 M€ (projectos aprovados com IPLeiria envolvido), 31 M€ (projectos aprovados e atribuídos ao IPLeiria), 85 M€ (vales adjudicados por empresas num total de 2.547.228 M€). Entre 2008 e 2014 foram formalizadas pelo IPLeiria 72 Patentes e Registos, tendo sido esta a 4ª Instituição com mais pedidos aprovados.

No presente, o IPLeiria tem 84 doutorandos a desenvolver os seus doutoramentos, quer em Universidades Portuguesas quer em Universidades Estrangeiras, sendo 22 (vinte e dois) dos doutorandos bolseiros da Fundação para a Ciência e Tecnologia e 2 (dois) são investigadores em processo de pós-doutoramento.

Presente a informação descritiva do contexto institucional do IPLeiria e considerando de igual modo o contexto económico e social que caracteriza a Região de Leiria, a saber, um elevado dinamismo empresarial, uma significativa riqueza e diversidade natural e cultural e a excepcional qualidade na acessibilidade rodoviária que se traduz num crescente desenvolvimento e qualidade de vida, fazendo desta uma região apetecível para viver, importa reconhecer o papel preponderante que o IPLeiria tem desempenhado, desempenha, e pode desempenhar ainda mais, como Universidade, no progresso económico, social e cultural desta região, sendo certo que sem o IPLeiria a região não seria o que é hoje.

Considerando, finalmente, que o IPLeiria cumpre com todos os requisitos mínimos estabelecidos na Lei para a criação e funcionamento de um estabelecimento de ensino como Universidade (RJIES, Artigo 42º), apenas não cumprindo com o requisito de leccionação de doutoramentos por impedimento legal apesar de ter todas as condições para o fazer em

diversas áreas do conhecimento, sublinham-se as mais-valias para a região que constitui a evolução desta Instituição para Universidade:

- Outorgar todos os graus académicos, incluindo doutoramentos;
- Incrementar a investigação científica e a transferência de conhecimento para as empresas;
- Acentuar a capacidade de atracção e fixação de população jovem;
- Facilitar o acesso a fontes de financiamento específicas regionais, nacionais e internacionais (*PhD, Double Degree; PhD* com empresas);
- Melhorar a capacidade de captar estudantes internacionais;
- Reconhecimento internacional;
- Com o mesmo nível de financiamento público, reforçar as receitas próprias;
- Reforçar os contributos para a inovação e desenvolvimento regional.

Assim, o Executivo Municipal da Marinha Grande delibera subscrever a pretensão do IPLeiria evoluir para Universidade por esta vontade corresponder a um desígnio da Região de Leiria a que o Município da Marinha Grande não pode deixar de se associar, considerando os superiores interesses que esta evolução constitui de igual modo para o desenvolvimento económico, social e cultural do Município.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.

A presente deliberação será presente ao Governo, ao Senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal de Leiria e ao Senhor Presidente do IPLeiria.

30 - RECEÇÕES DEFINITIVAS

918 - Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Beneficiação da rua 4 - Figueiras – Concurso Público n.º 03/2006 DIRM”, adjudicada por deliberação de Câmara, de oito de fevereiro de dois mil e sete, à empresa Transbarqueiro, Lda;

Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Beneficiação da rua das Portas Verdes – Concurso Limitado n.º 09/2003 DIRM”, adjudicada por deliberação de Câmara, de catorze de agosto de dois mil e três, à empresa Manuel Gomes António, Lda.

A Câmara Municipal, verificando pelos autos referidos que as obras foram executadas de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber definitivamente as obras antes enunciadas, de acordo e para os efeitos do previsto nos art.ºs 227º e 229º do Dec-Lei nº 59/99 de 02 de Março.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - ARRUAMENTO PARALELO À ESTRADA DOS GUILHERMES E DUAS INTERSECÇÕES GIRATÓRIAS – CEDÊNCIA 121,00M² DE TERRENO DA SR.ª ILDA COUCEIRO ROSA DO VALE

919 - Para a empreitada de “Abertura de arruamento paralelo à Estrada dos Guilhermes e duas intersecções giratórias”, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborada ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio rústico propriedade de cônjuge sobrevivente, Ilda Couceiro Rosa do Vale, Contribuinte nº. 107408481, que confronta a Norte com José Duarte Moiteiro, a Sul com António Duarte Vale, a Nascente com António Francisco Sobrinho e a Poente com Estrada Velha, com artigo matricial nº. 2329. A proprietária do imóvel concordou com a cedência do terreno (121,00m²) sem contrapartidas.

A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 121,00m², do prédio de que é dona Ilda Couceiro Rosa do Vale, Contribuinte nº. 107408481, com artigo matricial nº. 2329, que confronta a Norte com José Duarte Moiteiro, a Sul com António Duarte Vale, a Nascente com João Gomes Duarte do Vale e a Poente com Estrada Velha, para “Abertura de arruamento paralelo à Estrada dos Guilhermes e duas intersecções giratórias”, que passa a integrar o domínio público, conforme consta da ficha anexa (Anexo 6) elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pela proprietária e pelo atual Presidente da Câmara Municipal, Sr. Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo a proprietária, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

920 - Considerando a relação de serviços a contratar que consta do Anexo 1, atentas as requisições internas emitidas pelas várias unidades orgânicas da Câmara Municipal da Marinha Grande, nas quais se justifica a necessidade da sua contratação.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: “(...)Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio

previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(...)."

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que existe a dúvida, na presente data, se os serviços a contratar constantes da lista em Anexo 1 consubstanciam um contrato de tarefa e/ou avença, sendo que, se aguarda orientação clarificadora já requerida à CCDRC sobre esta matéria, conforme nosso ofício n.º S/500/2015, de 11/02/2015, do qual se anexa cópia.

Considerando que os contratos que se pretendem celebrar têm valor estimado inferior a 5.000,00€, sem IVA, e que atento o preceituado supra, não é claro que estes estejam excecionados da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos

requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

E atendendo a que,

- a) A globalidade das tarefas que constam dos processos referenciados no Anexo 1 serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.
- b) Se encontra inscrito em Orçamento da Despesa de 2015 a dotação para a assunção das despesas no ano de 2015 para a contratação dos serviços constantes do Anexo 1, tendo sido emitidos os cabimentos pelo serviço de Contabilidade.
- c) O procedimento a adotar em todos os processos que constam do Anexo 1 é o Ajuste Direto Regime Simplificado, previsto nos artigos 128.º e 129.º ambos do

Código dos Contratos Públicos e que em sede de pedidos de orçamento, será devidamente validada a situação de cada entidade consultada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, não sendo emitida qualquer adjudicação sem documento que ateste a existência de situação regular, pelo que, se afigura, face aos elementos constantes de cada um dos processos identificados no Anexo 1, da inexistência de qualquer impedimento à contratação das entidades referidas no anexo.

- d) É efetuada a demonstração do cumprimento da aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82 -B/2014, de 31 de dezembro, conforme documentos apensos a cada um dos processos constantes do Anexo 1.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica aos contratos que se pretendem celebrar, por os pagamentos inerentes a cada serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços referidos no Anexo 1.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESCOLARES E DE TRANSPORTES DE INTERESSE MUNICIPAL E RELEVANTE NO ÂMBITO DE PROJECTOS EDUCATIVOS, CULTURAIS E DESPORTIVOS APOIADOS PELO MUNICÍPIO, PARA O ANO 2016 - ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO.

No início da reunião o Sr. Presidente comunicou o seu impedimento neste ponto, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A..

Declarado o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4, do mencionado Código, o Sr. Presidente ausentou-se da sala, sendo substituído pela Sr.ª Vice-Presidente.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 34

Para apresentação e esclarecimento desta prestação de serviços esteve presente na reunião a **Dr.ª Fátima Cardoso**, Administradora da empresa **TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A.**, que respondeu também a algumas questões colocadas pelos Srs. Vereadores, designadamente sobre o preço que a Câmara vai pagar à TUMG e a qualidade do serviço a prestar, tendo em conta que o serviço que a empresa vem prestando tem merecido algumas críticas por parte dos utentes.

Esclarecidas todas as questões, a Sr.ª Vice-Presidente pôs a votação a seguinte proposta:

921 - Considerando que em reunião de Câmara Municipal de 10/12/2015, foi deliberado:

- Autorizar a realização da despesa subjacente ao contrato até ao limite de 287.904,52 euros, acrescidos de IVA à taxa de 6%;
- Tomar a decisão de contratar com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- Excluir a celebração do contrato de *“Serviços de transportes escolares e de transportes de interesse municipal e relevante no âmbito de projectos educativos, culturais e desportivos apoiados pelo Município, para o ano 2016”* de procedimento para a formação de contratos, nos termos do artigo 5.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos.

Considerando que através do ofício, com o registo de saída n.º 4657, datado de 11/12/2015, foi remetido convite para apresentação de proposta, à empresa municipal TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPESSOAL S.A.

Considerando que a empresa municipal apresentou a proposta n.º 03/TUMG/2015 e n.º 04/TUMG/2015, datadas de 15/12/2015 e que os serviços da DCD-Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, atentos os valores das mesmas, emitiram relatório de análise, estimando a globalidade dos serviços a prestar em 2016, em 256.049,80 euros, acrescidos de IVA à taxa de 6%.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2016 para a contratação dos *“Serviços de transportes escolares e de transportes de interesse municipal e relevante no âmbito de projectos educativos, culturais e desportivos apoiados pelo Município, para o ano 2016”*, na classificação orgânica/económica 0103/020210, ação do PAM 2014/A/178.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 23/11/2015, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromisso plurianual para contratação dos *“Serviços de transportes escolares e de transportes de interesse municipal e relevante no âmbito de projectos educativos, culturais e desportivos apoiados pelo Município, para o ano 2016”*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 34

dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro.

Assim, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 33º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o artigo 18º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, adjudicar a celebração de contrato de *“Serviços de transportes escolares e de transportes de interesse municipal e relevante no âmbito de projectos educativos, culturais e desportivos apoiados pelo Município, para o ano 2016”*, à empresa municipal TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPESSOAL S.A., até ao montante máximo de 256.049,80 euros, acrescidos de IVA à taxa de 6%.

A Câmara Municipal delibera ainda aprovar a minuta do contrato a celebrar entre as partes.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado, que reiterou a declaração de voto proferida em 2014, que se transcreve:

“Conclui-se pelos documentos apresentados que a Câmara Municipal podia comprar o mesmo serviço ao valor mais baixo, pelo que, sob o ponto de vista técnico, não se toma a melhor decisão, muito embora pareça estarem cumpridas todas as imposições legais para a atribuição deste contrato à TUMG, nomeadamente pelo suporte do parecer do ROC, que tenho sérias dúvidas que não possa ser entendido doutra forma quando avaliado por outras instituições.”

O Sr. Presidente esteve ausente, por estar impedido.

34 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E ELECTROMECAÑICAS”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

922 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas

aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 34

Presente a informação TF20/2015 de 16/12/2015 e requisição interna 19721/2015, da DISU, onde se manifesta a necessidade de contratar a *“Prestação de serviços de manutenção de instalações elétricas e electromecânicas”*, para os anos 2016, 2017 e 2018, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 21/12/2015, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o concurso público, previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos, não sendo conhecida a contraparte com quem o mesmo será celebrado e que os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às obrigações fiscais e para com a segurança social serão apresentados pelo adjudicatário no decurso do procedimento de contratação pública.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2016, 2017 e 2018 para contratar a *“Prestação de serviços de manutenção de instalações elétricas e electromecânicas”*, na classificação orgânica/económica 07/020220, na ação do PAM 2015/A/12, tendo sido atestada a existência de dotação, pelos serviços da área de contabilidade e em cumprimento das alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, atento o preço base a aplicar de 22.249,76 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este cumpre a redução remuneratória, preceituada no n.º 1, 2 e 10 todos do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 24/11/2014, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro, na sua redação atual, o preceituado nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015 e o disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de manutenção de instalações elétricas e electromecânicas”* para os anos 2016, 2017 e 2018.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Na sequência da apresentação do ponto 34, o **Sr. Vereador Vítor Pereira** requereu ao Sr. Presidente que os serviços solicitem ao INA informação sobre quais são as situações em que tem que se consultar previamente esta entidade.

35 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O CONCELHO DE MARINHA GRANDE – ADJUDICAÇÃO

923 - Presente o processo de aquisição nº 68/2015 – AP/DISU, realizado de acordo com deliberação camarária de 29 de outubro de 2015, acompanhado de relatório de análise do Júri, datado de 16/12/2015, no qual é proposta a adjudicação do contrato, que tem por objecto o *“Fornecimento de energia elétrica para o concelho de Marinha Grande”*, à proposta apresentada pelo concorrente EDP COMERCIAL-COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A. pelo valor total de 1.235.137,57 euros (um milhão, duzentos e trinta e cinco mil, cento e trinta e sete euros e cinquenta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Depois de examinado o referido processo, a Câmara Municipal, concordando com as conclusões do relatório de análise, datado de 16/12/2015, delibera, nos termos dos artigos 73.º, n.º 1 e 148º, n.º 4, ambos do Código dos Contratos Públicos e de acordo com o artigo 33º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o artigo 18º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, aprovar a proposta constante do referido relatório e consequentemente adjudicar o *“Fornecimento de energia elétrica para o concelho de Marinha Grande”*, à proposta apresentada pelo concorrente EDP COMERCIAL-COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A. NIPC 503 504 564, pelo valor total de 1.235.137,57 euros (um milhão, duzentos e trinta e cinco mil, cento e trinta e sete euros e cinquenta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Mais delibera que seja notificado o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação e para a prestação da caução no valor de 61.756,88 euros, nos termos do disposto nas peças do procedimento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

924 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria

149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego publico;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

Presente a requisição interna n.º 19726/2015 e informação CR.28/2015, DISU, onde se manifesta a necessidade da contratação da *“Prestação de serviços de limpeza urbana”* para o período de 5 meses, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 21/12/2015, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que o serviço requisitante propõe o convite à empresa Ambinatura – Conservação e Manutenção do Ambiente, Lda., NIPC 504 020 285 e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2016, para a contratação da *“Prestação de serviços de limpeza urbana”* para o período de 5 meses, na classificação orgânica/económica 07/02022512, na ação do PAM 2014/A/95, tendo sido atestada a existência de dotação, pelos serviços da área de contabilidade e em cumprimento das alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, atento o preço base a aplicar de 33.143,51 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este cumpre a redução remuneratória, preceituada no n.º 1, 2 e 10 todos do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 24/11/2014, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, na sua redação atual, o preceituado nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015 e o disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de limpeza urbana”* para o período de 5 meses.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto contra por considerarmos que os concursos públicos são a melhor opção, sob o ponto de vista da despesa, para o Município.”

37 - ATRIBUIÇÃO DE FUNDO DE CAIXA-CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS

925 - Presente a informação n.º 98/2015 datada de 23.11.2015 da DCD.

Atendendo a que Casa da Cultura Teatro Stephens é um posto de cobrança de receita do município, decorrente da emissão de faturas por conta dos espetáculos que decorrem no referido espaço.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 34

Atendendo à necessidade de existência de dinheiro em caixa para efetuar trocos aquando do pagamento das faturas/guias de receita.

Atendendo a que se pretende um atendimento mais eficaz e de qualidade e que o funcionamento do serviço de atendimento ao público se processe dentro da normalidade, propõe-se a atribuição de um fundo de caixa no valor de 50€ (cinquenta euros) à Casa da Cultura Teatro Stephens.

Propõe-se ainda que fiquem responsáveis pelos fundos de caixa as funcionárias que exercem funções com carácter de permanência no espaço e que respeitam à emissão de faturas/guias de receita e seu recebimento, a saber: Tânia Sofia Matos de Sousa Rosa Martinho e Helena Couceiro Vilela Viegas.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo do n.º1 do artigo 65º, Secção VII da Norma de Controlo Interno, publicada em Diário da República de 26 de Setembro de 2005, atribuir um fundo de caixa à Casa da Cultura Teatro Stephens no valor de 50€ (cinquenta euros), sendo responsáveis pelos mesmos as funcionárias acima indicadas.

Mais se propõe que seja reposto o Fundo de Caixa de 25 euros atribuído à Casa Museu Afonso Lopes Vieira, por deliberação de Câmara Municipal de 29/07/2010, e que se encontra à guarda de Helena Couceiro Vilela Viegas, por não serem existirem motivos para a sua manutenção na presente data, sendo que esta reposição deve ser obrigatoriamente efetuada até 30.12.2015.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

38 - DOAÇÃO DE RETRATO DA SR.ª D.ª MARIANA LOPES VIEIRA – RETIFICAÇÃO

926 - Presente deliberação camarária datada de 18/09/2014, respeitante à doação de D.ª Maria Isabel Aboim Amado de Sousa Carvalho, do retrato da Sr.ª D.ª Mariana Lopes Vieira (mãe do poeta Dr. Afonso Lopes Vieira), à Casa-Museu Afonso Lopes Vieira.

Onde se lê:

“A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera, ao abrigo da alínea j), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aceitar a doação supra referida nos termos descritos, uma vez que se trata de um bem com interesse documental, artístico e museológico para a vocação e objetivos da Casa-Museu Afonso Lopes Vieira, que deverá ser utilizado para fins exclusivamente museológicos.”

Deve passar a ler-se:

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera, ao abrigo da alínea j), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aceitar a doação supra referida, com o

valor de 400,00 Euros, nos termos descritos, uma vez que se trata de um bem com interesse documental, artístico e museológico para a vocação e objetivos da Casa-Museu Afonso Lopes Vieira, que deverá ser utilizado para fins exclusivamente museológicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

39 - DOAÇÃO DE CONJUNTO DOCUMENTAL PERTENÇA DO SR. JOÃO MANUEL ROLDÃO BARROS SOBRAL

927 - Presente a Informação nº 1605/2015 de 18 de novembro, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – Arquivo Municipal, sobre a vontade manifestada pelo Sr. João Manuel Roldão Barros Sobral em doar um conjunto documental pertença de seu pai, João Manuel Sobral, relativo ao Externato Afonso Lopes Vieira, cujas datas se situam entre 1955 e 1957.

A Câmara Municipal analisou a proposta e concordando com ela delibera, no uso da competência prevista na alínea j) do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aceitar a doação da documentação destinada a integrar o acervo do Arquivo Municipal da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

40 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A 3.ª IDADE NO ANO DE 2015 - INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE

928 - Presente deliberação 26 de novembro de 2015, na qual foi aprovado o Programa de Promoção da Atividade Física para a 3.ª Idade de 2015.

Presentes a candidatura apresentada pela seguinte entidade:

ENTIDADE	NIF
Industrial Desportivo Vieirense	501 254 242

Considerando que com este programa se pretende alcançar, para além dos benefícios fisiológicos identificados, melhorias ao nível da autoestima, autonomia, qualidade de vida, diminuição da ansiedade, *stress* e solidão das pessoas idosas do concelho da Marinha Grande.

Considerando que as atividades se têm vindo a desenvolver mensalmente, ao longo do ano de 2015, no mínimo, uma vez por semana, nas instalações das entidades parceiras, sendo as atividades físicas promovidas em horários da sua inteira responsabilidade.

Considerando que a entidade abaixo identificada já se encontra em condições de beneficiar de apoio financeiro.

Considerando que a promoção das atividades acarretam custos;

Propõe-se atribuir um apoio financeiro de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) à entidade abaixo identificada, destinado exclusivamente ao pagamento das despesas com recursos humanos e aquisições de materiais de apoio às aulas ao longo do ano.

A Câmara Municipal analisou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera, ao abrigo da alínea u) do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro à entidade abaixo designada, nos seguintes termos:

ENTIDADE	NIF	MONTANTE
Industrial Desportivo Viegrense	501 254 242	1500,00€

As verbas estão previstas em Plano de Atividades Municipais na ação 2015/A/113

A Câmara Municipal delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo (Anexo 1), a celebrar com a entidade beneficiária, que estabelece os termos desta parceria bem como as respetivas obrigações das entidades, e aprovar como data de produção de efeitos o dia 1 de janeiro de 2015.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Considero fundamental a promoção do exercício físico para todos, em especial para a terceira idade. No entanto, discordo deste programa de desenvolvimento da actividade física para a 3ª idade porque define um subsídio igual para todas as entidades, não fazendo a discriminação positiva em função do número de utentes, do tipo de actividades, do número de horas semanais que cada entidade presta.

A cláusula 8ª do regulamento diz que “O valor do apoio financeiro é de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) destinado exclusivamente ao pagamento das despesas com recursos humanos e aquisições de materiais de apoio às aulas efetuadas ao longo do ano.”

Atribuir um valor igual a todos, não é correcto e seria mais justo se o apoio financeiro fosse pago em função do serviço que cada instituição realiza, tendo em conta o seu empenhamento, o número de recursos humanos envolvidos, o número de utentes ou o tempo dispendido.

Apenas como exemplo não devia ser dado o mesmo apoio a uma instituição que tenha um actividade de uma hora num único dia da semana com cinco elementos, comparativamente a outra com actividades diárias de algumas horas, com dezenas de utentes e diversos técnicos envolvidos.”

**41 - APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO –
ÉPOCA DESPORTIVA 2015/2016 - INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE**

929 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios de acordo com os “*Critérios de Financiamento à Atividade Física*” aprovados em deliberação de câmara datada de 26/09/2002, necessariamente conjugados com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09/09/1999 e critérios criados em 1995, com as devidas atualizações realizadas ao longo dos anos, celebrando com estes contratos–programa conforme exigência legal.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no seguinte quadro resumo:

CLUBE DESPORTIVO	NIF	VALOR
INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE	501254242	16 654,00 €
TOTAL		16 654,50 €

Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo (Anexo 2), a celebrar com a entidade acima descrita.

A verba encontra cabimentação favorável na ação 2015/A/194 do Plano de Atividades Municipais.

Mais se informa que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Se no ultimo ano tínhamos reconhecido com agrado a forma como a informação técnica que foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri nos tinham sido facultados, desta vez registamos com profunda magoa que nada nos tenha sido disponibilizado, desconhecendo a metodologia e os critérios que foram adoptados.

Insistimos na falta de transparência, que nem a recomendação dos auditores serviu. Relembro o que foi escrito na auditoria às contas, referindo que deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação/clubes mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. Pela análise do processo e tendo em conta os critérios de apoio destinados ao desporto federado (definidos em reunião de 26.09.2002), há modalidades que nunca serão consideradas, veja-se o exemplo da patinagem de velocidade. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Registo que temos quase meia época desportiva decorrida e ainda estamos para aprovar o contrato. Já o pagamento não há data definida.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 34

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”

42 - APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2015/2016 - GRUPO DESPORTIVO “OS VIDREIROS”

930 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios de acordo com os “Critérios de Financiamento à Atividade Física aprovados em deliberação de câmara datada de 26/09/2002, necessariamente conjugados com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09/09/1999 e critérios criados em 1995, com as devidas atualizações realizadas ao longo dos anos, celebrando com estes contratos—programa conforme exigência legal.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no seguinte quadro resumo:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 34

CLUBE DESPORTIVO	NIF	VALOR
GRUPO DESPORTIVO "OS VIDREIROS"	500885044	6 332,00 €
TOTAL		6 332,00 €

Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo (Anexo 3), a celebrar com a entidade acima descrita.

A verba encontra cabimentação favorável na ação 2015/A/194 do Plano de Atividades Municipais.

Mais se informa que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

"A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Se no ultimo ano tínhamos reconhecido com agrado a forma como a informação técnica que foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri nos tinham sido facultados, desta vez registamos com profunda magoa que nada nos tenha sido disponibilizado, desconhecendo a metodologia e os critérios que foram adoptados.

Insistimos na falta de transparência, que nem a recomendação dos auditores serviu. Relembro o que foi escrito na auditoria às contas, referindo que deve ser feita "a revisão do processo de atribuição de subsídios..."

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação/clube mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. Pela análise do processo e tendo em conta os critérios de apoio destinados ao desporto federado (definidos em reunião de 26.09.2002), há modalidades que nunca serão consideradas, veja-se o exemplo da patinagem de velocidade. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Registo que temos quase meia época desportiva decorrida e ainda estamos para aprovar o contrato. Já o pagamento não há data definida.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

43 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO PARA CUSTEAR DESLOCAÇÕES DE ALUNOS NO ÂMBITO DO ENSINO ARTICULADO

931 - Presente pedido de apoio financeiro do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente com o registo E/9228/2015, para fazer face às despesas de deslocação de vinte e três alunos do 5.º ano do ensino articulado, para frequência das aulas de Dança e Música no Orfeão de Leiria, em Leiria, nomeadamente às segundas-feiras.

Considerando que, nos termos do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro, alterado pela Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, é da competência das autarquias garantir o serviço de transporte entre o local de residência e o local dos estabelecimentos de ensino aos alunos do ensino básico e secundário (oficial, particular e/ou cooperativo) que residam a mais de 3 ou 4 kms dos estabelecimentos de ensino, respetivamente sem ou com refeitório.

Considerando ainda que, nos termos do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro, o Estado pode celebrar contratos com estabelecimentos de ensino que se proponham criar cursos com planos próprios e com estabelecimentos de ensino em que sejam ministrados cursos do ensino especializado, como é o caso do ensino da música e da dança no âmbito do Ensino Articulado.

Considerando que este tipo de oferta educativa não é ministrada pelo Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, nem qualquer outro agrupamento do concelho, pelo que o Agrupamento Marinha Grande Nascente estabeleceu uma parceria com o Orfeão de Leiria para a promoção do ensino artístico, nomeadamente para o funcionamento de uma turma de 5.º ano do ensino articulado de Música.

Considerando que o Orfeão de Leiria tem as suas instalações em Leiria, onde são realizadas as aulas, e a que há necessidade de garantir o serviço de transporte dos alunos para a frequência daquele estabelecimento de ensino.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 34

Considerando que esta necessidade só foi identificada no final de outubro de 2015, não tendo sido possível identifica-la em fase anterior ao processo de contratação dos transportes escolares para o ano letivo 2015/2016.

Considerando que a especificidade e compatibilidade de horários das aulas implicam horários de transportes rigorosos, que implicam a operacionalização de um transporte dedicado que o agrupamento pretende desenvolver diretamente a fim de evitar constrangimentos.

Considerando que o apoio é requerido para o ano letivo 2015/2016, de novembro de 2015 até meados de junho de 2016, nomeadamente, para assegurar o transporte de alunos em sete segundas-feiras no primeiro período, onze segundas-feiras no segundo período e onze segundas-feiras no terceiro período.

Considerando que este transporte tem um custo semanal estimado de 120€ (cento e vinte euros) por semana, a ser efetuado em vinte e nove segundas-feiras, o valor total do apoio solicitado é de até 3480,00€ (três mil quatrocentos e oitenta euros).

Considerando o interesse educativo e cultural das atividades desenvolvidas no âmbito do ensino articulado;

Considerando o n.º 1 do artigo 2.º Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro, alterado pela Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro em matéria de transportes escolares;

Considerando as competências definidas na alínea d) do n.º 2, do artigo 23 e alínea gg) do n.º 1 do artigo 33.º ambos da Lei 75/2013 de 12 de setembro;

A Câmara Municipal delibera, no uso da sua competência definida na alínea d), do n.º 2, do artigo 23.º, e ao abrigo da alínea gg) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro de 3 480,00€ (três mil quatrocentos e oitenta euros) ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, com sede na Rua Prof. Alberto Nery Capucho, Apartado 385, 2430-231 MARINHA GRANDE, NIF 600 076 768, destinado exclusivamente a fazer face às despesas de deslocação de vinte e três alunos do 5.º ano do ensino articulado, para frequência das aulas de Música no Orfeão de Leiria no ano letivo de 2015/2016.

Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo (Anexo 4), a celebrar com a entidade beneficiária, que regula as obrigações da mesma.

Este apoio deverá ser enquadrado no Orçamento – económica 06/040305.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

44 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO PARA CUSTEAR A AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS PARA A ORQUESTRA JUVENIL DA MARINHA GRANDE

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** pediu uma cópia do protocolo assinado sobre a orquestra.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** explicou que devido à alteração das delegações de competências nas Juntas de Freguesia, o Protocolo existente caiu e nestes dois últimos anos não houve apoio para este fim.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** questionou se, em 2013, a Câmara deixou de apoiar o funcionamento da orquestra tendo por base os fundamentos previstos nos artigos 132.º e 133.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, quais os fundamentos legais que agora justificam a atribuição de um apoio financeiro para custear três instrumentos que se destinam ao funcionamento da orquestra?

Perguntou ainda se agora é proposta a atribuição nos termos do artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea e) e f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, porque razão, em 2014 e 2015 não se deu continuidade ao apoio fundamentando o mesmo nesta alínea?

Face ao exposto, disse que entende que o processo devia ser reanalisado juridicamente e sanadas estas dúvidas, devendo, por isso, o ponto ser retirado para posterior análise.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** disse que não sabia responder.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** informou que na altura em que detinha estes pelouros o assunto transitou para a esfera financeira do Sr. Presidente da Câmara.

Depois de uma troca de palavras entre os Srs. Vereadores, o Sr. Presidente informou que não retirava a proposta, colocando-a de seguida a votação.

932 - Atendendo a que:

a) A Orquestra Juvenil da Marinha Grande foi criada em 31 de Julho de 1995 - deliberação de Câmara nº 2989.

b) Se trata de um projeto comum da Junta de Freguesia da Marinha Grande e da Câmara Municipal da Marinha Grande.

c) Ao longo dos últimos 20 anos de existência a Orquestra Juvenil tem vindo a desenvolver um projeto de promoção e desenvolvimento cultural muito meritório para a comunidade e para o concelho.

d) Os custos com o funcionamento da orquestra são avultados, havendo necessidade de proceder à aquisição de novos instrumentos que possibilitem a aprendizagem e atuação dos jovens músicos, que terão um custo estimado de 13 150,00 euros com IVA incluído;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 34

e) Se trata de um projeto comum que se deve traduzir numa articulação entre o Município da Marinha Grande e a Freguesia das Marinha Grande no quadro das respetivas atribuições nos termos dos artigos 7.º, n.º 1 e n.º 2, alínea d) e 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea e) e f), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais.

f) Ao significativo interesse pedagógico e cultural do projeto e ao prestígio que daí resulta para o Município da Marinha Grande;

A Câmara Municipal apreciou o exposto e delibera, ao abrigo do artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea e) e f) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, conceder um apoio financeiro de 13 150,00€ (treze mil cento e cinquenta euros) à Freguesia da Marinha Grande, com sede na Rua 25 de Abril, 2430-314 MARINHA GRANDE, NIF 506 849 023, para aquisição, no ano de 2015, de um Saxofone Soprano Bb, uma Flauta Transversal, um Trompete Bb, um saco para dois Saxofones (Saxofone Alto Eb e Saxofone Soprano Bb) e um saco para Saxofone Barítono, para a Orquestra Juvenil da Marinha Grande, cabendo à Freguesia da Marinha Grande a guarda, conservação e manutenção dos equipamentos adquiridos.

Mais delibera que a Freguesia da Marinha Grande deve apresentar até 28 de dezembro de 2015, um relatório da respetiva execução financeira, acompanhado dos documentos comprovativos das despesas relativos à aquisição dos instrumentos e acessórios, para efeitos de pagamento.

Em caso algum, será efetuado qualquer pagamento no âmbito da presente deliberação no ano de 2016 e subsequentes.

Este apoio deverá ser enquadrado na ação 2015/A/227 do Plano de Atividades Municipal.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Declaro votar contra porque no processo não estão claros os fundamentos legais que justificam a atribuição do apoio, o mesmo não é acompanhado de informação técnica dos serviços, que permita perceber o enquadramento legal desta dualidade de fundamentos que, numa primeira fase, a lei 75/2013 permite justificar a cessação do apoio e agora a mesma lei justifica a atribuição.”

45 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia vinte e dois de dezembro de dois mil e quinze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **8.448.039,69 €** (oito milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil e trinta e nove euros e sessenta e nove cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 34

46 - APOIO FINANCEIRO PARA COMPARTICIPAÇÃO NA AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA PARA SUBSTITUIÇÃO DE AMBULÂNCIA DESTRUÍDA COMO CONSEQUÊNCIA DA TEMPESTADE DE 19 DE JANEIRO DE 2013 - ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VIEIRA DE LEIRIA

933 - Presente ofício da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria (AHBVVL), n.º 242/1015, de 2010-12-15, remetido à Câmara Municipal da Marinha Grande, solicitando apoio financeiro para comparticipação na aquisição de uma ambulância para substituição de outra ambulância, destruída na sequência de um acidente ocorrido na EM 242-1, aquando da tempestade Gong, em 2013-01-19, acompanhada de declaração, diversos documentos anexos e de fatura de aquisição de uma ambulância, documentos que se anexam e passam a fazer parte integrante da presente ata (**Anexo 5**).

Presente informação da Divisão de Ordenamento do Território - Serviço Municipal de Proteção Civil, n.º 1/1723/2015, que se anexa e passa a fazer parte integrante da presente ata (**Anexo 5**).

Apreciados os documentos acima referidos e discutido o assunto, a Câmara Municipal, considera:

- Que é importante a aquisição de uma nova ambulância por parte da AHBVVL, para substituição da ambulância destruída quando se encontrava a fazer o transporte de um doente na EM 242-1, devido à queda de árvore de grande porte para a via, aquando da ocorrência da tempestade Gong, em janeiro de 2013, para o desenvolvimento de ações na área da proteção civil, nomeadamente no que respeita ao socorro e assistência a pessoas, que é missão dos corpos de bombeiros mas é também atribuição do município e objetivo fundamental da proteção civil municipal, nos termos da fundamentação legal citada na 1/1723/2015;
- Que a AHBVVL tentou, junto de outras entidades competentes, Autoridade Nacional de Proteção Civil e Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, ser compensada pelo prejuízo em causa, mas sem sucesso;
- Que, através de venda de bens, a AHBVVL obteve um pouco mais de 50% da verba necessária para a aquisição da ambulância, no valor de 26.500,00€, não tendo conseguido obter mais contribuições, junto de entidades privadas, para o total da ambulância de 52.470,00 €.

Assim, a Câmara Municipal, delibera, no exercício da competência referida na alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atribuir à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, com sede na Rua 25 de Abril, n.º 2, 2430-778 Vieira de Leiria, contribuinte n.º 501155198 um apoio financeiro no valor de euros: 25.970,00€ (vinte e cinco mil, novecentos e setenta euros), para comparticipação na aquisição de uma nova ambulância, cujo valor total de aquisição é de 52.470,00 € (cinquenta e dois mil e quatrocentos e setenta euros).

Mais delibera que o pagamento seja efetuado mediante a apresentação dos originais da fatura, recibos e extratos bancários comprovativos do pagamento do bem objeto de apoio, o que deverá ocorrer até 29 dez 2015. A falta de exibição naquele prazo dos documentos referidos determina a caducidade automática da atribuição do presente subsídio, cessando os efeitos jurídicos desta deliberação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto favoravelmente atendendo às atribuições do município, no âmbito da protecção civil, e nos termos da alínea j) do n.º 2 do art. 23.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de Setembro, estando o mesmo materializado no apoio para a aquisição de um veículo de emergência, cujo fundamento se consubstancia no facto do mesmo resultar da necessidade de substituição de um veículo danificado aquando do temporal de 2013 (alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

934 - No final da reunião, e tal como tinha ficado decidido no seu início, o Sr. Presidente apresentou o seguinte voto de felicitações às duas empresas marinhenses:

“EMPRESAS DA MARINHA GRANDE DISTINGUIDAS

O IAPMEI celebrou o seu 40.º aniversário, prestando homenagem a 40 empresas, numa cerimónia que teve lugar no passado dia 10 de dezembro, no Europarque, em Santa Maria da Feira, e que teve como grande tema os 'Novos Desafios com as Empresas'.

A seleção foi feita com base no volume de vendas e no crescimento dos postos de trabalho entre 2008 e 2014, procurando-se obter um grupo de empresas equilibrado em termos dimensionais, setoriais e regionais. Para além disso, todas as homenageadas obtiveram o estatuto PME Líder em 2015, sendo que todas se destacam pelo elevado nível de solidez e rentibilidade, evidenciado pelo valor médio de Autonomia Financeira e de rentibilidade do Capital Próprio.

*Nesta cerimónia foram distinguidas as Empresas **TJ Moldes** e a **Vidrimolde**.*

*De resto, a **TJ Moldes** foi reconhecida pela Revista Exame, num estudo feito pela Informa D&B e a Deloitte, a **melhor PME nacional** na área da metalomecânica e aços finos.*

O crescimento e a afirmação no mercado destas Empresas têm um impacto directo na economia local e na qualidade de vida dos Municípios que, directa ou indirectamente, beneficiam dos seus resultados. Exemplo disso foi a política seguida pela TJ Moldes na

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 34

redistribuição de dividendos pelos seus trabalhadores ao longo de 2015, fosse por pagamento de prémios fosse pelo acerto da massa salarial em 4%.

Pelo seu contributo para o desenvolvimento económico e social do território e pelo contributo para a afirmação do prestígio do Município, em reunião de Câmara desta manhã o Executivo Municipal exarou um voto de felicitação a estas Empresas agora distinguidas e endereçou aos seus Administradores um voto de louvor pelos resultados obtidos e o reconhecimento público merecido."

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

935 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 16:00 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião